



**DIÁRIO**



# República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLI — Nº 126

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 8 DE OUTUBRO DE 1986

## SENADO FEDERAL

### SUMÁRIO

1 — ATA DA 12<sup>a</sup> REUNIÃO, EM 7 DE OUTUBRO DE 1986  
 1.1 — ABERTURA  
 1.1.1 — Comunicação da Presidência  
 Inexistência de quorum para abertura da sessão.  
 1.1.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.2 — ENCERRAMENTO  
 2 — EXPEDIENTE DESPACHADO  
 2.1 — COMUNICAÇÃO DA LIDERANÇA DO PFL NA CÂMARA DOS DEPUTADOS  
 — Substituição de membro na Comissão Mista de Orçamento.

3 — ATA DE COMISSÃO  
 4 — MESA DIRETORA  
 5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS  
 6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

### Ata da 12<sup>a</sup> reunião, em 7 de outubro de 1986

4<sup>a</sup> Sessão Legislativa Ordinária, da 47<sup>a</sup> Legislatura

*Presidência do Sr. Mário Maia*

*ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:*

Altevir Leal — Mário Maia — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — Américo de Souza — Helvídio Nunes — Dias Macedo — Carlos Alberto — Maurício Leite — Nivaldo Machado — Luiz Cavalcante — Arno Damiani.

**O SR. PRESIDENTE** (Mário Maia) — A lista de presenças acusa o comparecimento de 12 Srs. Senadores. No plenário, no entanto, não há número suficiente para a abertura da sessão...

Nos termos do disposto no § 2º do art. 180 do Regimento Interno, será despachado o Expediente que se encontra sobre a mesa, ficando designado para a Ordem do Dia da próxima sessão ordinária.

Trabalhos das Comissões

**O SR. PRESIDENTE** (Mário Maia) — Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14 horas e 40 minutos.)

#### EXPEDIENTE DESPACHADO

Nos termos do § 2º do art. 180 do Regimento Interno Ofício nº 155/86-PFL Brasília, 2 de outubro de 1986.  
 Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência o nome do Senhor Deputado Álvaro Gaudêncio para integrar, como titular, em substituição ao Senhor Deputado Francisco Erse, a Comissão Mista que deverá emitir parecer sobre o Projeto de Lei Orçamentária referente ao exercício financeiro de 1987.

Valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência meus protestos de elevado apreço e consideração. — Deputado José Lourenço, Líder do PFL.

#### ATA DE COMISSÃO

#### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

“Destinada a investigar a gestão das sociedades de economia mista nas quais a União detenha maioria acionária.”

11<sup>a</sup> Reunião, realizada em 3 de setembro de 1985

As dez horas e doze minutos, do dia três de setembro do ano de mil novecentos e oitenta e cinco, na Sala de Reuniões da Comissão de Economia, presentes os Srs.

Senadores César Cals (Presidente), Severo Gomes (Relator), Roberto Campos, João Calmon e Jutahy Magalhães, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, “destinada a investigar a gestão das Sociedades de Economia Mista nas quais a União detenha maioria acionária”. Comparece, ainda, o Sr. Deputado Mário Lima.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que, em seguida, é dada como aprovada.

Havendo número regimental o Sr. Presidente declara abertos os trabalhos.

Dando continuidade, o Sr. Presidente, Senador César Cals, solicita ao depoente que preste o juramento, e, em seguida, concede-lhe a palavra

Incialmente, o Sr. Henri Philippe Reichstul, Secretário de Controle das Empresas Estatais, agradece a oportunidade de depor junto à Comissão e em seguida faz sua exposição colocando-se à disposição dos Srs. Parlamentares para quaisquer outros esclarecimentos.

Na fase interpellatória, usam da palavra, pela ordem, os Srs. Senadores Severo Gomes (Relator), João Calmon, Roberto Campos e o Deputado Mário Lima.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião e, para constar, eu, Sônia de Andrade Peixoto, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e irá à publicação, juntamente com o acompanhamento das notas taquigráficas.

## EXPEDIENTE

## CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS

Diretor-Geral do Senado Federal

JOSÉ LUCENA DANTAS

Diretor Executivo

JOÃO DE MORAIS SILVA

Diretor Administrativo

MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA

Diretor Industrial

PEDRO ALVES RIBEIRO

Diretor Adjunto

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

## ASSINATURAS

## Via Superfície:

Anual ..... Cz\$ 92,00

Semestral ..... Cz\$ 46,00

Exemplar Avulso: Cz\$ 0,17

Tiragem: 2.200 exemplares.

*ANEXO A ATA DA 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A GESTÃO DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA NAS QUAIS A UNIÃO DETENHA MAIORIA ACIONÁRIA, REALIZADA EM 03 DE SETEMBRO DE 1985, DESTINADA A OUVIR O DEPOIMENTO DO DR. HENRI PHILIPPE REICHSTUL, SECRETÁRIO DE CONTROLE DAS EMPRESAS ESTATAIS, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SR. PRESIDENTE.*

Presidente: Senador César Cals  
Relator: Senador Severo Gomes  
(Integra do apanhamento taquigráfico.)

O SR. PRESIDENTE (César Cals) — Inicialmente quero agradecer a presença do Sr. Presidente e do Relator, além dos Srs. Deputados e convidados.

Vamos abrir os trabalhos desta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga as gestões das sociedades de economia mista em que a União tem maioria.

Hoje, o nosso Depoente é o Dr. Henri Philippe Reichstul. O Dr. Henri, é um homem de experiência e formação universitária, economista, com tese defendida em universidade norte-americana, sobre as estatais. É, também, da Secretaria de Controle das Empresas Estatais da SEPLAN, a SEST, onde exerce a função de Secretário.

Convido o Dr. Henri Philippe Reichstul para prestar o juramento. (Pausa.)

O SR. HENRI PHILIPPE REICHSTUL — Juro, como devo de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento, sobre quaisquer fatos relacionados à cargo desta Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga as gestões das sociedades de economia mista nas quais a União detém a maioria acionária.

O SR. PRESIDENTE (César Cals) — Antes de iniciarmos o depoimento, desejamos dizer que a Comissão fez uma proposta, que será votada na primeira oportunidade, mediante a qual o Depoente terá 30 minutos para o seu depoimento, prorrogável por mais 15 minutos, e cada Senador terá 10 minutos para encaminhar, oralmente, as suas perguntas.

A reunião encerrará-se às 12 horas e 30 minutos. Como começamos um pouco atrasados, nós vamos encerrar a reunião às 13 horas. Caso não tenha sido possível completar o depoimento, S. S. será convocado outra vez.

Com a palavra o Dr. Henri Philippe Reichstul.

O SR. HENRI PHILIPPE REICHSTUL — Primeiro, quero agradecer a possibilidade de estar aqui e de depor junto à Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga as gestões das sociedades de economia mista.

Farei uma exposição, através de transparências, sobre o que representa o universo das empresas estatais, particularmente a respeito daquilo que está sob o controle da Secretaria de Controle de Empresas Estatais da SEPLAN, tentando mostrar alguns dados básicos sobre o número de empresas que estão sob controle da SEST, dos tipos de empresas que existem sob o controle da SEST e apresentar alguns dados do orçamento dessas empresas para o ano de 1985 para que os Senhores tenham uma idéia dos problemas dessas empresas. Deixaremos as questões mais polêmicas para as perguntas dos Srs. Parlamentares. (Exposição de transparências.)

Esse é um quadro que dá uma visão geral da participação do Estado — das empresas estatais — na economia de alguns países desenvolvidos e em desenvolvimento comparados com o Brasil. O que se nota é que a participação das empresas estatais no Brasil, em termos de PIB, não é exagerada — representa 14%. Os números que aparecem em alguns órgãos de imprensa em relação a essa participação são em função de uma incorreção, ao se analisar o volume de dispêndio das empresas estatais sobre o PIB, onde não foi utilizada uma medida de valor agregado em Contabilidade Nacional o que seria correto. Seria a mesma questão se eu pegasse, por exemplo, o volume de gastos ou de vendas de um supermercado e dissesse que a participação do supermercado no produto das vendas desse segmento, no Produto Nacional Bruto em economia, é tantos por cento. Na verdade, deve-se tomar a medida do valor agregado. Se examinarmos a participação das empresas estatais no produto da economia brasileira em 1981 — e os dados de hoje, em termos reais, não são muito diferentes — nós temos a participação de 14% em relação ao produto. E em relação à formação bruta de capital, ou seja, da taxa de investimentos, ela passa para, aproximadamente, 30% e em termos de emprego, 4%. Se olharmos para o México, Peru, Chile e França, veremos que a participação em termos de produto é relativamente semelhante à do Brasil. Em termos de participação de investimento, no caso do México e da Argentina, é semelhante ao Brasil; o Chile e o Peru um pouco pela metade e a França tem uma participação bastante forte em termos de investimentos totais. A conclusão que se tem dessa tabela é a de que o caso brasileiro não é um caso excepcional. Esse perfil de participação do Estado em setores da economia, de países em desenvolvimento e já desenvolvidos, na área de empresas estatais, propriamente dito, é um aspecto relativamente comum.

A conclusão desse quadro, também, é a de que a participação do Estado, em alguns setores da economia brasileira, também não foge muito aos padrões encontrados em outros países.

Entretanto, terminada essa comparação internacional quero mostrar aqui como se compara a participação do segmento estatal em economia brasileira comparado com o segmento privado, nacional ou estrangeiro. O que

se nota é que no patrimônio líquido das 500 maiores empresas do País, aproximadamente 65% — tanto em 1982 como em 1983 — representam a participação estatal, e, apenas, 35% do patrimônio líquido das 500 maiores empresas estão nas mãos do setor privado. Essa tabela mostra, de fato, uma característica bastante conhecida da participação estatal, da empresa estatal, na economia e, no caso particular, no Brasil — que é a de se concentrar em atividades que exigem um grande volume de capital e que têm prazos de maturação muito longos. A fim de que V. Ex's tenham uma idéia, para se construir uma hidrelétrica é necessário aproximadamente, 6 anos. E o volume de recursos e de poupanças que precisam ser amealhados para se construir uma hidrelétrica, tanto em termos de volume como de prazo, são enormes o que faz com que o setor privado tenha dificuldades, via intermediação financeira, de amealhar, juntar, aglomerar poupanças no volume necessário e no prazo necessário, até iniciar um rendimento. O setor privado teria que captar 2 bilhões de dólares para construir uma usina hidrelétrica e ficar com esses 2 bilhões de dólares não produtivos, durante 6 anos. E só a partir de então, passar a gerar algum tipo de retorno. Isto mostra, claramente, que a ação do Estado no Brasil tem se concentrado, especificamente, em áreas onde há grande necessidade de capital e onde a taxa de retorno é lenta e relativamente baixa, de acordo com esse quadro aqui. Se analisarmos, rapidamente, a taxa de rentabilidade sobre esse patrimônio líquido, demonstrado na tabela anterior, o que se observa é que a taxa de retorno das empresas estatais — no caso as federais — aproximadamente a metade da taxa de retorno das empresas privadas, tanto as nacionais como as estrangeiras, ou seja, a participação em termos de patrimônio líquido é praticamente o dobro ou dois terços versus um terço. No entanto, a taxa de rentabilidade sobre esse patrimônio líquido é, aproximadamente, a metade, o que, também, tende a explicar a participação estatal nesses ramos a que me referi.

O SR. — E de 0,4 entre as públicas e as estaduais?

O SR. HENRI PHILIPPE REICHSTUL — Aqui houve um problema em 1983. O controle de tarifas fez com que as empresas concessionárias, principalmente de energia elétrica, tivessem no seu valor agregado, uma taxa de rentabilidade negativa.

Aqui, tomando-se uma outra amostragem, um pouco mais recente, para o ano de 1984, em relação às estatais, do setor privado nacional e estrangeiro, o que se observa, novamente, é que para 50 maiores empresas — ou grupos — estatais, privado nacional ou privado estrangeiro, vamos ver como se distribuem esses principais indicadores financeiros. Em termos de patrimônio líquido, para 1984, ao invés de pegarmos as 500 maiores que era o resultado do quadro anterior, pegarmos os 50 maiores grupos, essa tendência, inclusive, fica mais nítida ainda.

Temos, praticamente, um pouco mais de 70% do patrimônio líquido nas mãos de estatal versus 30% no privado, e em termos de lucros, em 71% de participação no patrimônio, não geram a mesma proporção de lucro. Geram apenas 55% dos lucros, o que mostra um pouco menos acentuada essa tendência de ter uma taxa de retorno inferior da estatal versus a privada. Em termos de receita total, 43% versus 60% do seguimento privado, o número de empregados (40%), 22% apenas dos impostos arrecadados está ligado, também, à questão de lucro; e dos artigos totais, incluindo, aí, além do patrimônio líquido, outros ativos — 78%. Ou seja, essa tabela, até aqui, tende a confirmar as informações anteriores, pegando as 500 maiores empresas e os anos de 1981, 1982, 1983. É importante que se note a questão das dívidas. Se somarmos o total das dívidas do exigível a curto e longo prazo, o que se nota é que o seguimento estatal tem uma grande proporção de dívida em relação ao conjunto dos 50 maiores grupos. Isso se explica pelo processo de endividamento externo e interno — essencialmente interno —, que as estatais sofreram a partir de meados da década de 1970 e que até hoje existe e causa bastante problemas.

Feita essa apreciação inicial em relação ao universo das estatais e a sua participação na economia brasileira em comparação às internacionais, eu queria explicar a V. Ex<sup>a</sup>, ou descrever para os Senhores, o universo das empresas estatais sobre o controle, especificamente, da Secretaria de Controle de Empresas Estatais — SEST. Temos, formalmente, 424 empresas sob o nosso controle, incluindo algumas empresas que são empresas mais formais — elas não têm existência prática, denominadas de empresas-papel, num total de 45 empresas, principalmente no que respeita a registro de lavras, na área da Companhia Vale do Rio Doce. O universo legal e formal de trabalho da SEST é de 424 empresas, dos quais o forte em número de empresas — inclusive, mais tarde nós veremos em termos de participação — está nos Ministérios de Minas e Energia e da Educação — dado o número de Fundações, Autarquias e Universidades que estão sob o controle do Ministério da Educação — Agricultura, Indústria e Comércio e Interior. Desse universo de 424 empresas, acho que é necessário que se faça algumas separações importantes e que gostaria de expor aqui. São as seguintes: além das empresas estatais, propriamente ditas, estão sob o controle da SEST, o SIMPAS, que é o Sistema de Previdência Social — são 6 empresas — e os bancos oficiais federais. Sendo que a SEST aprova os orçamentos de custeio desses bancos oficiais e não as operações ativas. As operações ativas dos bancos oficiais federais são controladas e aprovadas pelo orçamento monetário, pelo Conselho Monetário Nacional. Na prática, de fato, quando falamos em empresas estatais sob o controle da SEST, referimo-nos a esses dois segmentos iniciais — são as empresas do setor produtivo e as entidades típicas de Governo. Essa diferença, aqui, é muito importante e tem gerado bastante discussão e polêmica. Gostaria de expor um pouco, rapidamente, qual a origem desses dois segmentos.

As empresas do setor produtivo, onde estão concentrados, praticamente, 90% do orçamento da SEST, são constituído por ELETROBRÁS, PETROBRÁS, Vale do Rio Doce. Enfim, é o setor produtivo estatal e que tem a sua origem histórica anterior ao segmento de entidades típicas de Governo e está muito ligada ao processo de industrialização brasileira e à participação do Estado na economia desde a década de 1930, da Revolução de 30. Essa entidades típicas de Governo são, na verdade, falsas empresas. São empresas que foram criadas a partir de um processo de modernização muito seletivo da máquina estatal, ou seja, na medida em que o Estado não fez uma reforma administrativa profunda, em toda a sua estrutura, por falta de recursos, por dificuldades de administração burocrática, ele decidiu privilegiar alguns segmentos da administração pública direta e passou a transformar antigos departamentos de administração direta em empresas, fazendo com que essas empresas tivessem mais agilidade em relação à máquina do Estado, mais tradicional a fim de que pudessem contratar e demitir pessoas, pagar salário de mercado, ter uma atuação mais dinâmica. Mas, na verdade, são empresas que não geram receita — não são verdadeiramente empresas. São falsas empresas. Como exemplo, temos a FUNAI, o IBDF, o IBGE — são empresas que não geram receitas.

Não podemos pedir para a FUNAI cobrar uma receita dos índios; não podemos pedir que o IBGE, na hora em que estiver recenseando cada cidadão brasileiro, cobre uma taxa pelo recenseamento. São empresas que, na verdade, estão ligadas muito intimamente à administração direta e que deveriam estar intimamente ligadas ao orçamento fiscal. Temos na SEST, inclusive, um projeto para fazer com que essas empresas passem para o orçamento fiscal. Acho que é bastante importante essa diferença do ponto de vista conceitual, pois a questão tem gerado algumas discussões por falta de informação.

Passarei, agora, a me concentrar no segmento do setor produtivo estatal que é, digamos, onde estão concentradas as sociedades de economia mista, que é o objeto principal desta Comissão de Inquérito. Essas 236 empresas estatais do setor produtivo e estão distribuídas por atividade. Vemos uma grande concentração em áreas de infra-estrutura, transporte, comunicações, energia elétrica, siderúrgica extração e beneficiamento de minerais, e tem um grande número de empresas, mas, aí, a participação é menor, na área comercial. É toda rede de comercialização de gêneros de primeira necessidade, que tem um número muito grande de empresas, mas que, do ponto de vista de peso, de ponderação, é relativamente pequeno.

O SR. PRESIDENTE — (Cesar Cals). — Quer dizer, na área de eletricidade, só estão as de produção de energia.

O SR. HENRI PHILIPPE REICHSTUL — Exatamente. Aqui não estou tratando das concessionárias estaduais de energia elétrica.

O SR. PRESIDENTE — (Cesar Cals) — E federais.

O SR. HENRI PHILIPPE REICHSTUL — Não, as federais estão aqui.

O SR. PRESIDENTE — (Cesar Cals) — Temos algumas duas federais, por isso que eu disse que são distribuidoras. A ESCELSA e a LIGHT. Talvez, não estejam aí.

O SR. HENRI PHILIPPE REICHSTUL — Uma forma de os Srs. verem a importância, digamos, da distribuição dessas empresas, no orçamento SEST, vendo a curva ABC do imobilizado total das estatais, percebe-se o seguinte: vinte empresas representam 90%, aproximadamente, do ativo imobilizado do conjunto das estatais. Está certo? E 71 empresas chegam praticamente a quase 100%. Quer dizer, 99% do conjunto do imobilizado das estatais estão na mão de 71 empresas. Mas eu entendo que o dado mais importante é representado por essas vinte grandes empresas. Quando se está falando de estatização, ou grande número de empresas estatais, o que é preciso ter muito claro é que vinte empresas representam praticamente 90% do orçamento SEST e da participação dessas estatais de fato na economia. Acho que é importante ter esse dado, quando se discute, principalmente, a questão da desestatização ou da privatização. Quer dizer, até que ponto os efeitos esperados sobre a privatização e a desestatização podem se refletir sobre o resto da economia. Acho que essa é uma informação importante para essa discussão. Só para os Srs. terem uma ideia, dessas vinte e dessas 71 empresas e dessa curva ABC, que eu acabei de mostrar, essas vinte empresas aqui é que representam os 89% do imobilizado total das estatais, e essas 51 empresas adicionais é que representam mais 10% do imobilizado em serviço dessas empresas estatais. Mas, isso só, a título de informação. Não tem uma análise qualitativa aqui nessa tabela.

Outra informação sobre esse universo de empresas estatais do setor produtivo é relativo ao nível de endividamento que apareceu naquela tabela anterior. Nos 50 maiores grupos, tinha 81% da dívida total. As estatais possuíam 81% do total da dívida dos 50 maiores grupos brasileiros em 1984. Isso aqui é uma abertura um pouquinho melhor do nível de endividamento das empresas estatais. O que se vê é que, se nós, primeiramente, pegarmos o total da dívida das estatais — e, aqui, estou incluindo o endividamento total, curto e longo prazo, ou seja, se a gente tomar como 100 o total da dívida das empresas estatais, externa e interna, curto e longo, o que se observa é que 70% da dívida das empresas estatais estão concentrados em dois setores: setor siderúrgico e setor elétrico.

70% do total dessa dívida, que é 100, estão concentrados nesse primeiro grupo: setor elétrico e setor siderúrgico. E 30% apenas é que estão distribuídos entre transportes, nuclear, petróleo, mineração e telecomunicações. Se nós incluirmos o grupo nuclear no total da dívida, quer dizer, considerá-lo como um setor elétrico, essa dívida, inclusive, aumenta para 75%, aproximadamente. Então, isso é um fato importante.

O segundo aspecto importante, que é demonstrado por essa tabela, é que, além de o total da dívida ser concentrado em dois setores, o grau de endividamento de cada um desses dois setores é muito elevado. É uma outra observação. Ou seja 70% do ativo ou passivo total do setor elétrico é financiado via endividamento. Itaipu, 98% da forma de constituição da empresa binacional que não causa estranheza propriamente dito. Ela tem um capital de 100 milhões de dólares, 50 paraguaios, 50 brasileiros, e o resto é tudo via endividamento e 70% no grupo siderúrgico. Ou seja, são coeficientes muito elevados em endividamento, que mostram, na verdade, as dificuldades financeiras que esses dois setores estão enfrentando já há algum tempo. Quando examinarmos o resto dos setores, o grau de endividamento por setor é relativamente aceitável, dentro dos padrões de empresa privada no Grupo ELETROBRÁS, no Grupo Vale, no Grupo PETROBRÁS e até no grupo transporte, até um pouco elevado em transportes. No grupo nuclear, o grau de endividamento em relação ao seu passivo total, o ativo total também é bastante elevado. Quer dizer, isso mostra as dificuldades financeiras dos segmentos elétricos e siderúrgicos estatais, e mostra onde é que está, na verdade, uma boa parte da dívida externa brasileira pública. Ela está nesses dois grandes setores.

Finalmente, o último quadro em relação a essa abordagem mais geral sobre o universo das estatais, eu gostaria de dar mais um pouco de informação aos Srs. sobre o número de empregados das empresas estatais e a sua evolução de 1980 para cá. O que se observa é de que, primeiro, o conjunto de funcionários das empresas estatais, é, aí, incluindo Previdência Social e bancos oficiais federais, que fazem parte do universo do controle da SEST, é de aproximadamente de 1 milhão e 300 mil funcionários, mas que, se pegarmos somente as empresas estatais, propriamente ditas, estamos trabalhando em torno de um universo de 850 mil funcionários, dos quais 600 mil estão no setor produtivo estatal e 250 ou 280 mil em empresas típicas de governo. Novamente, eu, do ponto de vista analítico, tenderia a englobar esses funcionários aqui, eu os somaria ao da administração direta. Porque, na verdade, são funcionários do IBDF, da FUNAI, do IBGE, do IPEA, quer dizer, órgãos que estão muito ligados, que têm uma atuação muito semelhante à administração pública direta.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — E os bancos oficiais?

O SR. HENRI PHILIPPE REICHSTUL — Os bancos oficiais, na verdade, também seriam importantes, não fazem parte do segmento produtivo estatal, mas estão sob o controle do Estado e é um número importante. Agradeço a sua observação. De fato, os bancos oficiais, além de terem um número bastante significativo de funcionários, esse número tem crescido, como os Srs. podem ver, passa de 140 mil, em 1980, para 185 mil, em 1984.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — E se for dividir pelo número de empresas é mais carregado.

O SR. HENRI PHILIPPE REICHSTUL — É bastante carregado.

Bom, esse quadro seria o último dessa apresentação mais genérica, digamos, sobre o universo das empresas estatais sob o controle da SEST. Estou bem de tempo, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — V. S<sup>a</sup> dispõe de mais 15 minutos.

O SR. HENRI PHILIPPE REICHSTUL — Tudo bem. Eu queria expor aos Srs. um pouquinho, falar um pouco sobre os instrumentos de controle existentes hoje na SEST, e expor rapidamente o orçamento da SEST para 1985, relativo aos dois segmentos: setor público estatal e as empresas típicas de governo.

Os instrumentos de controle existentes hoje na SEST — estão descritos aqui nessa transparência — o principal deles é, de fato, o orçamento, ou seja, o orçamento das empresas estatais, isto é, o limite de despendos globais por itens de gastos: serviço da dívida, investimento, custeio pessoal, outros custeos, todas as contas, não só de uma forma agregada, como de uma forma desagregada, por item de despesa, devem ser aprovados pela SEST. Quer dizer, devem ser aprovados pelo Presidente da República, através de uma EM, e as empresas são obrigadas a respeitar, legalmente obrigadas a respeitar esses tetos. Existe toda uma legislação que pune as empresas, caso elas excedam os tetos aprovados pelo Presidente da República.

Além desse orçamento propriamente dito, um subitem desse orçamento, que é muito importante para nós, na SEST, são as questões das prioridades para operação de crédito. A SEST controla todas as operações de crédito do setor público como um todo. Aí, vai setor público municipal, estadual e federal. Ou seja, para que qualquer empresa ou entidade da administração pública faça uma operação de crédito interna ou externa, mesmo uma empresa estadual com um banco estadual, precisa ter uma autorização de operação de crédito conferida pela SEST. Quer dizer, é um instrumento bastante poderoso para controlar o volume de gastos e o déficit do setor público como um todo.

Um outro item importante são as alterações patrimoniais e institucionais quanto à criação de novas empresas estatais, expansão, privatização, aumento de capital, participação em outras companhias. Todas têm que ter uma autorização da SEST para esse tipo de operação. Além disso, existe um controle sobre os tetos de importação. Esse controle surgiu no momento em que houve uma dificuldade muito séria na balança comercial e, aí, o setor público passou a ter um controle das importações do próprio setor público muito rígido. Hoje, esse teto existe, esse controle é feito, mas não causa tanta preocupação, dada à performance bastante boa que estamos tendo na balança comercial e no balanço de pagamentos. O teto de combustível, que agora foi extinto, também foi importante, tanto no item de controle de gastos e custeos, como estava muito ligado à questão das importações, quando era importante controlar o volume de importações de petróleo, a política de recolhimento de dividendos à União, a remuneração dos dirigentes das empresas estatais, quer dizer, os salários dos dirigentes das empresas estatais. Veja-se que através do CISE, que é um Conselho interministerial de salário de empresas estatais, cuja Secretaria Executiva se confunde com a Secretaria da SEST, existe uma coordenação, que está sendo montada hoje e que trata do controle de pessoal das empresas estatais, análise de cargos e de salários, benefícios diretos e indiretos, planos de assistência, previdência, etc.

E, finalmente, uma nova forma de controle da SEST sobre as empresas, que tem um aspecto qualitativo muito importante, é a avaliação do desempenho. Uma nova coordenação foi criada, agora, com o novo governo, Coordenadoria de Avaliação de Desempenho Econômico que está sendo montada, com vistas a estabelecer critérios de avaliação de desempenho dessas empresas e a idéia é relacionar esses critérios de performance ou avaliação de desempenho, nas empresas, com os seus próprios orçamentos e até, se possível, com alguma coisa em relação à política salarial. As empresas mais eficientes poderiam ter uma política salarial que beneficiasse, que premiasse, digamos, os funcionários da estatal que contribuíram para esse aumento de eficiência.

O mais importante desses instrumentos, obviamente, é o orçamento. E, aqui, eu queria apresentar aos Srs. o orçamento das empresas estatais nesses dois segmentos. Primeiro, vou mostrar como é que, juntando esses segmentos de empresas típicas de governo, que são falsas empresas, quer dizer, são quase departamentos da administração pública direta, junto com empresas produtivas, qual é o efeito global desse orçamento SEST, fazendo essa consolidação? Porque, do ponto de vista de análise qualitativa, é errónea, incorre a erro, está certo, o observador. Quer dizer, faz com que o observador tenda a incorrer em um certo erro. Aqui, estou apresentando o orçamento da SEST para 1985, segundo revisão que foi aprovada, há pouco tempo, pelo Presidente da República, e, aqui, estou apresentando, de forma consolidada, as empresas típicas de governo e o setor produtivo estatal.

Muito bem! O que se observa desse orçamento na forma como ele está apresentado aqui? Primeiro, de que esse universo das empresas estatais gera um total de receitas de aproximadamente 230 trilhões de cruzeiros. O grosso sendo receita operacional e, aqui, outras receitas, incluindo parte não operacional. As despesas de custeio, incluindo a folha de salários e encargos e os outros custeos; compra de matéria-prima, pagamentos de seguros, taxas, impostos, somam um total de 165 trilhões, sendo importante notar que, dos 165 trilhões, 36 representam a folha e encargos do total das empresas, o que faz com que, em termos brutos operacionais, e, aqui, estou fazendo um demonstrativo do orçamento à semelhança do que se faz com empresa do setor privado, os dois segmentos consolidados serem resultado bruto, ainda pós-operacional, de 64 trilhões. Para gerar esse resultado bruto de 64 trilhões, as empresas utilizaram capital de terceiros e não só capital próprio. Vimos, nos quadros anteriores, que as empresas usaram, pesadamente, capital de terceiros, dado o elevado nível de endividamento. Portanto, para remunerar esse capital de terceiros, que foi utilizado para operação dessas empresas, foi paga uma conta de despesas financeiras (juros) de 42 trilhões, aproximadamente. Ainda assim, esse universo gera um resultado líquido positivo de 22 trilhões.

Muito bem! Isso, digamos, é o que a gente chama balanço corrente. Na verdade, isso aqui é o corrente operacional e aqui se deduz a conta de juros. Esse resultado positivo, na conta corrente, vai gerar um balanço negativo, na conta de capital, por quê? Primeiro, porque esse conjunto de empresas tem um volume de investimentos, que apesar de declinante, de 80 para cá ainda é importante. 50 trilhões de investimentos, mais outras despesas de capital de 12 trilhões.

Estes 62 trilhões negativos recebem, no entanto, um aporte líquido do Tesouro de 33 trilhões. Aqui é o global, depois nós vamos ver o que é para empresa típica de Governo e o que é para o setor produtivo. Na verdade, esse aporte líquido do Governo, de 33 trilhões, está em aberto. O que vai para o conjunto do setor produtivo, excluindo a Rede, é aproximadamente 7 trilhões; 4,6 trilhões vão para a Rede Ferroviária Federal, através de um processo de saneamento, que foi iniciado no Governo anterior. Ou seja, destes 33 trilhões, 12 trilhões aproximadamente vão para o setor produtivo estatal, que são estes dois itens aqui, e 22 trilhões, aproximadamente dois terços, vão para as empresas típicas de governo. Isso representa a fonte principal de recursos desses segmentos que vocês vão ver na próxima transparência.

Gerando um superávit em contas correntes de 22 trilhões, estando esse nível de gastos recebendo transferências do Tesouro de 33 trilhões, esse conjunto de empresas precisa, para financiar essa conta de investimento e de outras despesas de capital, de um volume de crédito adicional de 6,8 trilhões, que são as necessidades de crédito adicional que essas empresas precisam tomar. E que são vulgarmente chamadas déficit público, conceito FMI. Na verdade, a tradução correta desse termo, dentro da metodologia do Fundo Monetário Internacional, é: necessidade de financiamento do setor público, ou seja, as necessidades adicionais de financiamento do setor público do segmento estatal são de 6,8 trilhões, ou seja, o segmento estatal vai pressionar o mercado de crédito em 6,8 trilhões, o que é vulgarmente chamado de déficit das empresas estatais.

Se nós passarmos a uma cobertura desse orçamento consolidado, entre empresas do setor produtivo e empresas típicas de Governo, nós podemos observar, em relação ao segmento das empresas típicas de Governo, que congregam mais de 150 empresas, o seguinte orçamento: essas empresas geram através de diferentes receitas, taxas, etc., um volume de recursos próprios da ordem de 6 trilhões e, no entanto, têm despesa de custeio, principalmente de pessoal, mas também de outros custeos da ordem de 18 trilhões ou seja elas apresentam um déficit de 12 trilhões se nós fôssemos analisá-las como empresa do setor privado, um déficit corrente. Elas vieram num volume de receitas inferior ao volume de despesas correntes, sem, inclusive encargos financeiros. Ora, isto não é e nem deve ser uma surpresa. É impossível esperar que o IBDF, o IBGE, a FUNAI, o IPEA possam gerar através de taxas ou receitas que possam cubrir a suas despesas de custeios. É como esperar que as universidades gerassem um superávit, que as Forças Armadas gerassem um su-

perávit, quer dizer, gerassem receita para cobrir seus custos. É um resultado totalmente esperado. E o conceito de déficit, o conceito privado de déficit que seria de 12 trilhões, e o termo está correto, é um déficit de operações correntes, só que, na verdade, ele não é um déficit esperado, porque isso aqui faz parte de um segmento, faz quase parte de um segmento da administração pública direta. Então, esse déficit, o resultado bruto negativo de 12 trilhões, somado aos juros, aumenta para 14 trilhões. Se nós somarmos os investimentos desse segmento mais as outras despesas de capital teremos um déficit corrente de 14 mais 8 de gastos de capital. Eu tenho 21 trilhões. Esses 21 trilhões são cobertos pelo Tesouro Nacional, como era de se esperar. Sobra uma diferença de 800 bilhões que representa, digamos, o déficit público, conceito FMI desse segmento, que são as necessidades de crédito adicional, nesse setor. Então os Srs. vêm que, quando se fala em déficit das empresas estatais, é muito importante qualificar o que está se falando. Se nós estamos falando no conceito de necessidade de financiamento líquido do setor público, seria um conceito do Fundo Monetário que está sendo usado pela imprensa de uma forma generalizada como déficit; se nós estamos falando do resultado deficitário bruto dessas empresas aqui, isso é esperado.

Eu queria comparar esta transparência com a que mostra o segmento produtivo que representa mais do que 90% do orçamento da SEST, para 85. O que se observa aqui é que esse segmento de 20 maiores empresas ou os dez maiores grupos do orçamento SEST gera um volume de receita de 220 trilhões, sobre as suas necessidades de custeio pessoal, encargos e outros custeos, compra de petróleo da PETROBRÁS, compra de minério da Vale, extração de minério da Vale, compra de minério de ferro do grupo siderúrgico, isto tudo está aqui e gera um resultado bruto, como tinha sido mencionado pelo Senador, inclusive superior ao do Consolidado, 77 trilhões, se nós deduzirmos a remuneração de capital de terceiros que serviu para gerar esse resultado bruto de 77, que é a parcela de juros de 40 trilhões, nós temos um resultado líquido ainda positivo de 36 trilhões, ou seja, esse segmento, se analisado da ótica privada, digamos, se nós pegássemos uma empresa privada que tivesse essa performance seria uma empresa superavitária.

O SR. MÁRIO LIMA — Ainda vale a pena acreditar que os encargos financeiros são de 40,6 e o de pessoal de 24 milhões.

O SR. HENRI PHILIPPE REICHSTUL — Muito bem, se nós, a partir desse superávit, olharmos para a conta de capital e vermos o volume de investimentos de caixa financeiros e não econômicos dessas empresas, em 1985, dispendido, incluindo as contas atrasadas de 84, 46 trilhões e outras despesas de capital 7 milhões, nós vamos ver que, de fato, essas empresas não geram superávit suficiente para bancar o total de seus investimentos. Mas não é de se esperar numa economia capitalista moderna que um segmento privado, por exemplo, uma empresa privada que está no processo de investimento acelerado, consiga gerar recursos próprios suficientes para bancar o total de seu investimento. A função de intermediação financeira, a função do crédito numa economia capitalista moderna é, justamente, a de concentrar poupanças de vários segmentos que não estão necessariamente crescendo a taxas elevadas e concentrar essas poupanças, esses excedentes em segmentos que justamente têm uma necessidade de investimento, de crescimento mais acelerado, isto é, a própria natureza do desenvolvimento do capitalismo moderno, desde a criação do crédito, é justamente essa função.

O SR. MÁRIO LIMA — Esses encargos financeiros, seria possível saber quantos são para os bancos oficiais, uns 40,6 de encargos financeiros, e quantos vêm para o Estado?

O SR. HENRI PHILIPPE REICHSTUL — É relativamente pouco porque o grosso disto aqui está na área externa privada, basicamente, na área interna e o grosso é banco privado — BNDES, Banco do Brasil, FINAME, bancos oficiais. Ná parcela de encargos internos, dos 40 trilhões de encargos financeiros, 8 trilhões apenas representam encargos de operações internas puras. E aqui, eu estou deduzindo as operações de 63 que são, formalmente, de conotação interna, mas estão ligadas numa contra-

partida externa. Então, 8 trilhões são operações internas puras, as quais eu poderia considerar que de 5 a 6 trilhões seriam de bancos oficiais públicos.

Voltando a essa questão, o volume de investimento e outras despesas de capital, de gasto da conta de capital, não é coberto pelo excedente total gerado por esse segmento. Daí a necessidade de crédito e a necessidade de algumas transferências do Tesouro. Não é bem uma necessidade de transferência do Tesouro. Esta participação do Tesouro, no segmento do setor produtivo se concentra, essencialmente, em contrapartidas, que são praticamente obrigatórias de contratos com o Banco Mundial. O Banco Mundial exige que, na medida que faz um determinado empréstimo, por exemplo, para a rede ou para o setor siderúrgico, setor elétrico, que o Tesouro entre na capitalização dessas empresas. É uma exigência contratual sem a qual o Banco Mundial não está disposto a fazer os seus empréstimos ao setor público brasileiro. O grosso dessa parcela, de recursos fiscais propriamente ditos, do Tesouro, que vão para o setor produtivo, são contrapartidas a título de investimentos; a título de custeio ou de despesa de pessoal, é mínimo isso. Apesar de gerar um superávit de 36 trilhões em operações correntes, deduzindo já a conta de juros, o volume de gasto da conta de capital não é financiado apenas por esse superávit. Tem uma parcela do Tesouro Nacional e uma parcela de crédito, que são esses seis trilhões, que é o chamado déficit das empresas estatais, vulgarmente chamado déficit das empresas estatais. O correto deveria ser chamado de necessidade de financiamento líquido das empresas estatais. Qualquer empresa multinacional ou privada que estiver em expansão teria um volume muito superior de necessidade de financiamento líquido e estaria, assim, se endividando mais. Eu acho que era praticamente isso que eu queria expor aos Srs. e estou pronto a responder às perguntas ou inquições da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (César Cals) — Antes de passar a palavra para os interlocutores, eu vou levantar duas ou três questões, pessoalmente, principalmente quanto ao setor siderúrgico. Há muito vem se falando na defasagem entre os preços do aço e a inflação. O que o Governo pretende fazer para adequar a realidade inflacionária e compensar a descapitalização do setor siderúrgico? Porque quanto ao setor produtivo de energia, entende-se que as tarifas são problema de inflação geral, mas o setor siderúrgico é incompreensível.

A segunda, é quanto a proposta da dívida da SIDERBRÁS. A SIDERBRÁS, pelo que eu ouvi, tem 70% de dívida. O Governo pretende sanear o setor financeiro da empresa?

A terceira pergunta é sobre controle de pessoal. No setor de energia elétrica, por exemplo, Departamento Nacional de Águas e Energia tem o controle rígido do número de empregados da empresa por consumidor, por quilowatt/hora, enfim, vários parâmetros. Eu observei aqui o seguinte: nas empresas do setor produtivo e as típicas do Governo, nós temos 378 empresas (236 mais 142) e praticamente 878 mil funcionários. O que dá a grosso modo, 2.300 funcionários por empresa. Nos bancos oficiais, nós temos 14 banco oficial e 185 mil empregados, o que dá aproximadamente 13 mil por unidade. Existe na SEST algum parâmetro para controlar também o número de empregados nos bancos oficiais?

O SR. HENRI PHILIPPE REICHSTUL — Em relação à questão das tarifas do setor siderúrgico, de fato, o que se nota é uma deterioração real desses preços, principalmente quanto aos preços dos laminados produzidos pelas empresas siderúrgicas públicas. Para vocês terem uma idéia, aqui tenho uma comparação dos preços dos de produtos de aço, comparando o Brasil com os Estados Unidos, Japão, Inglaterra, Grã-Bretanha. Se nós tomarmos como referência 100 o Brasil, pegar um produto qualquer, laminado a frio, por exemplo, esse mesmo produto tem uma base de 252 nos Estados Unidos, 170 no Japão e 162 na Grã-Bretanha.

O SR. PRESIDENTE (César Cals) — Como é 100 Brasil?

O SR. HENRI PHILIPPE REICHSTUL — Para laminados a frio: 100 Brasil, 252 Estados Unidos, 170 Japão, 162 na Grã-Bretanha, enfim se pegar chapa grossa, laminado a quente, laminado a frio, flandres, perfis, essa comparação é generalizada, se eu pegar média pondera-

da de todos esses produtos que representariam, digamos, um resumo dessas diferenças, o Brasil, com base 100, os Estados Unidos teriam uma base 240, Japão 169 e a Grã-Bretanha 153. Só para os Srs. terem uma idéia de que caso quiséssemos remunerar a uma taxa de, digamos, 10% o capital investido na USIMINAS, que é uma das empresas mais eficientes nesse setor, nós teríamos que ter um aumento real dos preços do aço de 38% em relação aos preços vigentes, seria uma medida de subsídio existente na siderurgia estatal, isso pagando a empresa mais eficiente do setor. E essa eficiência não é só dentro do País, quer dizer, a USIMINAS não é só a empresa mais eficiente do País, ela tem níveis de eficiência comparados e até supera alguns níveis de eficiência das melhores siderúrgicas do mundo.

O SR. PRESIDENTE (César Cals) — Existe um subsídio ou existe um déficit.

O SR. HENRI PHILIPPE REICHSTUL — Existe um subsídio, na prática de 38% ao consumidor. Certo? Ou seja, para que não houvesse o subsídio do aço da USIMINAS, que é a empresa mais eficiente, que tem operações mais modernas, o nível de preços da indústria siderúrgica deveria ter hoje um crescimento real de cerca de 38%. Agora, como o setor siderúrgico não se compõe apenas da USIMINAS, pois existem 13 empresas siderúrgicas estatais, se nós tomássemos uma média, os subsídios ficariam, inclusive, maiores. Mas, só pagando a USIMINAS, que é a mais eficiente, e a que tem padrões internacionais excelentes, já haveria um subsídio de 38% sobre os preços vigentes, hoje, no mercado.

-- O SR. MÁRIO LIMA — O Governo pretende manter essa política?

O SR. HENRI PHILIPPE REICHSTUL — Não. Primeiro é importante explicar a razão disso aí. Na medida em que o aço é um insumo fundamental para, praticamente, todo o segmento industrial e que ele tem um componente muito elevado no índice geral de preços, o Governo, no passado, utilizou o controle do preço do aço para controlar uma parte dos preços que compõem o índice geral de preços.

A proposta do Governo, na verdade, é de uma recuperação do nível de preços do aço no setor público, com a recuperação gradual mais firme que faça com que se elimine ao longo de 1986, esse subsídio implícito no preço do aço ao setor privado.

Em relação à situação financeira na SIDERBRÁS, o Governo está trabalhando num projeto de saneamento financeiro não só do Grupo SIDERBRÁS, mas também de alguns setores importantes na área estatal, saneamento financeiro que vai ser acompanhado na verdade a um saneamento de gestão, ou seja, o Governo está pretendendo montar um programa, por exemplo, com as empresas no setor siderúrgico, onde o Governo se compromete a um prazo determinado, por exemplo, de dois anos, a cada trimestre ir capitalizando uma parte dessa dívida para que no final desse prazo se chegue a uma relação de capital próprio/capital de terceiros, ou seja, uma relação de nível de endividamento adequado àquele setor, adequado, vamos dizer, aos padrões mundiais ou de relação capital próprio/capital de terceiros para aquele setor específico, e que levem a um nível de tarifas e preços que remunerem adequadamente esse capital.

No entanto, paralelamente a esse processo de capitalização, o Governo pretende exigir dessas empresas — quem sabe trimestralmente — um programa de ajuste, de eficiência, de produtividade que vai ser montado e que tem também o seu cronograma trimestral. E a medida em que a empresa vai apresentando esses índices de eficiência progressiva o Governo vai também cumprindo a sua parte — o Governo digo, Administração Central, porque tudo é Governo — mas a Administração centralizada passa a capitalizar trimestralmente essas empresas, no sentido de que ao longo de um prazo, digamos, por exemplo, de dois anos nós vamos ter uma situação onde as empresas vão estar saneadas financeiramente — mas não só financeiramente, sob o ponto de vista de gestão, de eficiência, de adequação dos seus quadros de pessoal, etc. Também vão estar sob o ponto de vista de eficiência, de gestão saneados. Essa, digamos, é a proposta do Governo não só em relação ao grupo siderúrgico como em relação a outros seguimentos da ação das estatais.

O SR. PRESIDENTE (César Cals) — Antes de responder à terceira pergunta, só após 6 meses de SEST, eu perguntaria se a sua visão seria a de que a dívida das empresas estatais é mais função de uma contribuição que elas dão pelo subsídio obrigatório ao consumidor ou é mais em função da má gestão das estatais?

O SR. HENRI PHILIPPE REICHSTUL — Na verdade, acho que essa dívida é um conjunto de vários fatos entre os quais os que o Senador citou. Obviamente, a política de controle de preço de tarifas públicas tende a fazer com que as empresas estatais passem a ter que se financiar com recursos de terceiros e não possam se financiar plenamente com recursos próprios. Se a política foi praticada desde 1976, não é verdade? Houve uma tentativa de realismo tarifário, quer dizer, de recuperar o nível de tarifa entre 79 e 80 e poucos e, 83, e, novamente, esses preços de tarifa sofreram uma certa queda em nível real. Isso explica, primeiramente, as necessidades originais de financiamentos via dívida e depois a própria rolagem dessa dívida, isto é, a soma de encargos sobre essa dívida faz com que ela cresça.

Por outro lado, as necessidades de equilíbrio de balanço de pagamentos no passado, principalmente nas décadas de 70 e 80, fizeram com que dada à impossibilidade de se financiar as importações de petróleo e outros insumos no sistema privado financeiro internacional, quer dizer, os bancos privados internacionais não tinham linhas de crédito, quer dizer, não estavam dispostas a financiar as nossas necessidades a nível de balança comercial para importar petróleo, importar outros insumos, máquinas, etc. As empresas estatais foram utilizadas como mecanismo de atrair esses recursos externos para conseguir os dólares necessários ao equilíbrio do balanço de pagamentos, ou seja, o Banco Central tinha necessidade de dólares, a estatal tinha necessidade de cruzeiros. Se os Srs. pensarem a partir de meados da década de 70, ém que para se construir uma hidrelétrica, precisava-se de cimento, aço, mão-de-obra, turbina, praticamente, o setor elétrico pesado já estava internalizado no Brasil, todas as turbinas que fossem importadas podiam ser produzidas tranquilamente aqui no País.

Mas, dada às necessidades de dólares do País, as empresas estatais foram incentivadas a procurarem recursos externos, e na medida em que elas apresentavam aos banqueiros internacionais projetos concretos, em que os banqueiros podiam mostrar aos seus Conselhos de Administração, dizendo: olhem, nós estamos financiando a barragem tal, está aqui o projeto da barragem concluída, essa é a barragem, uma coisa física como se pode ver. As empresas estatais, então, foram incentivadas a tornarem os recursos externos para se financiarem. Quando essas necessidades de financiamento do balanço de pagamentos passaram a ser agudas, esse incentivo, às empresas estatais, de financiarem seus projetos foram intensificados a um ponto em que muitas dessas empresas estatais foram levadas a — e quem sabe convientes também — fazerem projetos com taxas de retorno praticamente nulas, o que faz com que uma boa parte dessa dívida também provecha de projetos que não podem ter uma taxa de retorno correspondente à dívida. Portanto, isso seria uma dívida que eles chamariam uma dívida pública, não pertence à empresa estatal propriamente dita, mas pertence a toda a sociedade.

Possuo citar, o caso da AÇOMINAS, um projeto que tinha um custo original de 3 bilhões de dólares, e esse custo, dado erros de implantação do projeto, atrasos na implantação do projeto, crise internacional e várias questões, fez com que esse projeto passasse a ter um custo de 6 bilhões de dólares. Dois bilhões e meio de dólares adicionais são frutos dos juros decorrentes desse atraso. Se pegarmos dois bilhões e meio de dólares e multiplicarmos por uma taxa média de 7 mil cruzeiros, são 15 trilhões de cruzeiros correspondentes ao atraso do Projeto AÇOMINAS. Não estou nem mencionando, por exemplo, no caso da AÇOMINAS, o projeto em si, que é bastante complicado. Mas o atraso do Projeto AÇOMINAS gerou uma quota de juros de 15 trilhões de cruzeiros. Só para os Srs. terem uma idéia, acho que o Imposto de Renda da Pessoa Física este ano é de aproximadamente 50 trilhões, salvo erro, ou seja, nós deveríamos chamar, digamos, os contribuintes da pessoa física e dizer-lhes o seguinte: A AÇOMINAS não consegue, ou seja, não vai conseguir pagar estes 3 bilhões de juros, porque não há preço de aço que consiga remunerar esse volume de in-

vestimento. Essa é uma dívida pública não é uma dívida da ACOMINAS propriamente dita, "n" fatores que não vem ao caso mencionado, mas é uma dívida pública. A ACOMINAS não tem condições de arcar com isso. Hoje, aquela dívida está, por questão de conveniência, registrada no balanço da ACOMINAS, mas na prática ela é uma conta do Tesouro. E nós deveremos chegar a todos os contribuintes brasileiros; pessoa física e dizer: "olha, nós vamos cobrar este ano um imposto de 30% adicional, carimbado com o atraso do Projeto ACOMINAS". O Projeto atraso do ACOMINAS, isso é um deles, quer dizer, um desses projetos representa um custo adicional, caso fôssemos cobrar-lhes integralmente este ano, como contribuinte brasileiro, 30% de adicional sobre tudo o que estamos pagando. Isso, exclusivamente, o Projeto ACOMINAS, sem falar na Ferrovia do Aço e outros projetos.

Eu diria que, respondendo à pergunta do Senador Cesar Cals, que essa dívida externa, na verdade, era resultado de uma série de fatores — controle de preços de tarifas, projetos mal desenhados, crises sérias no balanço de pagamentos, que nos obrigaram a entrar nessa situação. Também problemas de eficiência de gestão na empresa estatal, não há porque eximir a empresa estatal, já que ela foi convite um pouco com esses projetos, é um conjunto de várias razões explicam essa dívida externa que temos hoje e que está concentrada na mão do setor estatal.

Em relação à terceira pergunta do Senador, Controle de Pessoal. Na verdade, estamos montando um controle de pessoal mais recente, através dessa coordenadoria que implantamos. Ao mesmo tempo, o Governo sancionou um decreto que proíbe as empresas públicas de contratarem pessoal, de expandirem seus quadros. Em segundo lugar, a própria reposição do pessoal que sai por aposentadoria, morte, doença, passagem para o setor privado, elas são autorizadas nas áreas operacionais, ou seja, se sai um operário para uma empresa siderúrgica, se sai um pedreiro, se sai um eletricista de uma empresa elétrica, ele pode ser reposto. Agora, se sair algum funcionário na área administrativa, quer dizer, na área não operacional, esse quadro não pode ser reposto. A expectativa do Governo é que seja uma forma, digamos, não traumática de reduzir o pessoal das empresas estatais, principalmente em áreas onde nós podemos identificar algum problema de inchado.

Em relação à questão dos bancos oficiais, a mesma regra se aplica. Esse controle existe, eles não podem expandir o seu pessoal, e o que estamos fazendo, na verdade, em relação à questão dos parâmetros, essa Coordenadoria de Avaliação de Desempenho, que hoje está concentrada nas empresas do setor produtivo, vai, inclusive, analisar a questão dos bancos oficiais. É uma preocupação nossa, também, esse volume de funcionários por unidade de banco oficial, principalmente porque a tendência do setor bancário é justamente em relação à sua automação, quer dizer, toda tendência do setor serviços, principalmente na área dos serviços financeiros, é de se informatizar, e aí vai se fazer com que, necessariamente, se poupe mão-de-obra.

Apesar disso, valeria levantar um ponto importante que é, também, característico não só dos bancos oficiais, mas é característico da ação do Estado, quando ele passa a ter uma ação direta, uma ação empresarial. O Estado tem responsabilidades que o setor privado não precisa ter, ou seja, tanto na área de telefonia ou de energia elétrica como na área do setor financeiro como um todo, a ação do Estado deve cobrir toda a área do território nacional. Então, além do filet mignon eixo Rio-São Paulo na área de energia elétrica e na área de telefonia, o Estado é obrigado a prestar serviços de telefonia, de correio, de eletricidade em todas as dimensões do território nacional. Faz parte da ação pública de segurança nacional, de integração na unidade geográfica do País, mas também de ser integrada sob o ponto de vista social e econômico.

Também na área do setor financeiro, muitas vezes o Estado é obrigado a abrir agências pioneiras em zonas de fronteiras ou em zonas onde o setor privado não abraria agências. Isso faz com que, quando se compara a eficiência, usando parâmetros em número de pessoas, por empresas, por bancos, funcionários por bancos ou funcionários por agências, o número de agências entre o privado e o público deve lembrar essa ação de integração nacional, uma ação pública de alguns bancos oficiais. Mas,

essa observação, de forma nenhuma, o exime da necessidade de se examinar com muita atenção o nível de eficiência desses bancos oficiais, que foi comentado pelo Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Cesar Cals) — Concedo a palavra ao nobre Relator, Senador Severo Gomes.

**O SR. RELATOR** (Severo Gomes) — Dr. Henri Philippe Reichstul, a sua presença esta manhã na Comissão de Inquérito que examina a gestão das empresas estatais foi extremamente importante. V. S<sup>te</sup> trouxe um volume de informações que estavam nos faltando para podermos avançar nos trabalhos que deveremos realizar, abordando essa questão tão importante que é o conhecimento das empresas, da sua gestão, da sua importância para a economia brasileira.

Temos assistido, constantemente uma atoarda em torno das empresas estatais e é raro o dia em que não encontramos, nos meios de comunicação, um processo de colocar o problema das empresas estatais como o grande mal na economia brasileira. São os grandes rombos das empresas estatais responsáveis pelas dificuldades econômicas em que estamos vivendo, e que os déficits das empresas estatais são enormes e decorrem de uma gestão incompetente e corrupta das empresas estatais.

O que tomamos conhecimento com sua exposição, é que, nada obstante o pesado endividamento dessas empresas, principalmente na área da energia elétrica e da siderurgia, nada obstante o fato de que o congelamento de preços afeta muito mais profundamente as empresas estatais do que as empresas privadas, mesmo por que elas exercem uma política muito mais colada com o interesse público, que todos nós sabemos que, quando se fala no eventual controle de preços, eles já são remarcados com muita antecipação, de tal maneira que o setor privado consegue se defender de uma maneira que não está ao alcance das empresas estatais. Mas, ainda que haja, embutido nas despesas das empresas estatais, uma porção de setores onde há subsídios implícitos ao consumidor, como é o caso do transporte suburbano da rede ferroviária, o caso dos preços do aço, conforme o Sr. acabou de se referir, e essa questão importante de transmitir energia e conduzir o petróleo, a comunicação é o serviço por todo o Território Nacional, um barril de óleo diesel em Rondônia custa a mesma coisa que um barril de óleo diesel na cidade de São Paulo.

Com tudo isso, o que verificamos é que, se as empresas estatais ainda precisam de recursos fora do seu metabolismo, é que são decorrentes de investimentos que estão sendo postos em marcha e muitos deles são essenciais, devem ter continuidade e são absolutamente normais dentro desse panorama da vida econômica em que estamos vivendo.

Eu diria à V. S<sup>te</sup> que, dados como esses que foram apresentados aqui e que são do maior interesse da Comissão de Inquérito, eles deviam estar ao acesso da grande maioria da população para o conhecimento, porque é importante o conhecimento da realidade para que se possa fazer um julgamento correto, e, evidentemente, corrigir os erros que eventualmente possam surgir neste ou naquele setor e que haja, vamos dizer, uma opinião pública informada a esse respeito.

Gostaria até de sugerir à SEST que fizesse uma publicação desses dados com ampla divulgação, porque tenho a impressão de que seria do maior interesse da população. Creio que nós temos aqui muitos representantes da imprensa que, entendendo eu, poderiam se esforçar para transmitir ao público essas informações tão importantes, com relação ao nosso cotidiano e também com relação ao nosso futuro.

Mas, no desenvolvimento dos trabalhos desta Comissão, Dr. Henri, creio que esse trabalho vai ter uma importância muito grande quando discutirmos, na futura Constituinte, o papel do Estado na economia dessas empresas. Surge aí uma questão que desperta, hoje, um grande interesse do Congresso. É uma questão dupla: primeiro, como atribuir, como se construir um tipo de controle democrático da vida dessas empresas? Todos nós sabemos da sua importância, mas há certos tipos de decisão que são tomados em certos momentos, e que vão ter consequências futuras boas ou más, mas que deviam estar passando pela opinião pública e por outros órgãos, inclusive o Legislativo.

Na sua resposta à pergunta do Senador Cesar Cals surgiu o problema da siderurgia. Eu me recordo que, quando se tratava do plano de expansão da siderurgia nos anos de 74, 75, 76 havia uma projeto que possuía um aporte muito grande de recursos do tesouro. Quer dizer, eles sairiam dali com um orçamento bastante equilibrado. No entanto, os apertos externos levaram o Governo a determinar que uma parcela muito maior desses investimentos fossem financiados com recursos externos, recursos em dólares, o que evidentemente, agravou a situação dessas empresas, como nós vemos até hoje.

Então, a primeira questão é esta: como seria possível um relacionamento com o Congresso, um relacionamento com os grupos representativos da sociedade para uma maior participação, para um maior conhecimento do desenvolvimento desse trabalho, tal a sua importância na economia brasileira no presente e no futuro? Então, esta é a primeira questão, porque nos interessa muito procurar debater a questão do controle democrático das empresas estatais e da divulgação do conhecimento do seu trabalho, que possa ultrapassar os níveis da Administração Pública para o amplo conhecimento da Nação.

A segunda pergunta é que há uma distância tão grande entre o retrato que V. S<sup>te</sup> traz do desempenho das empresas estatais e o que hoje acontece no País em termos de campanha de desmoralização das empresas estatais, que pergunto a V. S<sup>te</sup> se tem alguma explicação para uma distância tão grotesca entre a realidade e o que acontece no nível da divulgação e do conhecimento público.

**O SR. HENRI PHILIPPE REICHSTUL** — Bom, eu entendo que, em relação à sua primeira pergunta, não tenho uma resposta muito clara. Eu a vejo mais como uma preocupação, como um comentário seu de que é fundamental que a Constituinte defina, claramente, qual é o papel do Estado e qual é a forma de controle democrático que a sociedade deve ter sobre essas empresas.

Uma das possibilidades que eu veria seria fazer com que uma parte do orçamento dessas empresas pudesse ser apreciado pelo Legislativo. Eu digo uma parte porque, na medida em que é um segmento de empresas que trabalham, em alguns casos, em mercados concorrentiais, o orçamento dessas empresas tem um dinâmica que o orçamento fiscal tradicional, que é apreciado pelo Congresso, não possui. E o receio de se submeter ao Congresso o orçamento integral dessas empresas, as operações de crédito... tem um problema de calendário, onde o prazo de entrega desses orçamentos é muito curto para as empresas programarem suas atividades em relação ao ano posterior. Eu acho que o Orçamento da União é enviado ao Congresso no final de agosto. De modo que a SEST, por exemplo, passará provavelmente, a aprovar os orçamentos das empresas estatais em final de novembro, além de outras dificuldades, que fazem com que a análise do orçamento global dessas empresas possa trazer alguns problemas operacionais para as mesmas, caso ele viesse integralmente para o Congresso.

Agora, uma das questões fundamentais desse orçamento é a questão do programa de investimento das empresas estatais. Quer dizer, eu diria que essa programação, anual e plurianual, de investimento das empresas estatais poderia, perfeitamente, ser objeto de análise e aprovação por parte do Congresso que, na verdade, é a aprovação da sociedade como um todo. Ai eu não veria nenhuma dificuldade operacional que atrapalhasse o bom desempenho das empresas, caso o orçamento de investimento fosse ao Congresso, ou seja, nem todos os investimentos porque existem empresas que têm múltiplos investimentos, mais investimentos a partir de um certo valor, ou o valor global dos investimentos por empresa, com detalhamento dos principais projetos, que poderiam ser amplamente discutidos pelo Congresso, pela sociedade. Portanto, seria uma possibilidade.

Outra possibilidade de aumentar esse controle democrático, mencionado pelo Senador, poderia ser através da criação de representantes nos Conselhos dessas empresas; representantes da sociedade civil nos Conselhos dessas empresas, tendendo a aumentar a transparência da gestão dessas empresas.

Ao mesmo tempo, o Governo está preocupado com a questão do Estatuto das Empresas Estatais. O Ministério da Administração está iniciando o seus trabalhos, dentro do âmbito da reforma administrativa, para rever o Estatuto das Empresas Estatais. Eu acho que uma boa parte

dessas discussões sobre o Estatuto das Estatais vai estar relacionado com discussão da Constituinte.

Estes seriam os comentários com relação à sua primeira pergunta.

Em relação à questão da sua segunda pergunta, como se explica o distanciamento entre o retrato apresentado e a imagem que a grande imprensa tem levado ao público sobre as empresas estatais, eu sugeriria duas explicações: a primeira que, de fato, o setor privado, com a política recessiva e o desempenho bastante recessivo da economia brasileira, principalmente a partir de 1981, foi obrigado a sofrer uma série de ajustes correntes; teve que se reestruturar, teve que se reorganizar e o setor estatal, na medida em que não estava necessariamente vinculado ao mercado, à concorrência, em algumas casos, e que também estava ligado a uma oferta de serviços públicos que continuavam a ser oferecidos à população, qualquer que fosse o nível da atividade produtiva, não sofreu esse processo de ajuste tão doloroso, tão difícil. Então, eu acho que do ponto de vista psicológico, subjetivo, houve uma certa reação a isso: por que o setor privado se ajuste e o público não se ajusta? Essa é uma tentativa de expli-cação.

Uma outra tentativa estaria relacionada aos projetos que eu mencionei há pouco e que, infelizmente, são projetos já realizados, do passado. Há quase uma revolta da grande imprensa frente à boa parte desse número de projetos que foram mal concebidos e que hoje o "leite já está derramado"; quer dizer: não adianta nós fazermos uma campanha contra esses projetos porque eles já foram realizados. Ou seja, as operações correntes das empresas estatais têm pouco a ver com as decisões de investimento passado. Não é cortando pela metade o custo das empresas estatais que se vai reparar os projetos anteriores. No entanto, a revolta com relação a alguns desses projetos é grande. V. Exa. viram os cálculos que eu fiz em relação ao custo de uma prorrogação da ACOMINAS, que faz com que se identifiquem, hoje, nas operações correntes das empresas estatais essas dificuldades anteriores.

Um terceiro ponto importante é o de que existe, de fato, ineficiências nas empresas estatais. As estatais, na medida em que não tiverem o mercado e o lucro como censores permanentes, geram ineficiência, sim, em alguns setores, e essas ineficiências precisam ser sanadas, a nosso ver. Quer dizer, nós precisamos reequipar os controles sobre as empresas estatais e, em alguns casos, como que remontando esses censores privados, montando instrumentos de controle qualitativo, de performance, de eficiência, que fizessem com que a estatal se sentisse pressionada como se tivesse comportamento de atuação, fora aquela atuação pública, propriamente, da estatal, mas com relação à parte privada da atuação da estatal, de uma empresa privada, com padrões de eficiência etc.

A intenção do Governo é trabalhar nesse sentido, fazendo com que uma parcela das empresas que permanecer na mão do Estado, excluindo o fator de atuação pública do Estado — que é, como o Senador mencionou, levar um barril de óleo diesel até o Amapá, ou se responsabilizar pelo envio de uma carta em 24 ou 36 horas de São Paulo ao Amapá, ao mesmo custo que uma carta de São Paulo ao Rio — quer dizer, deduzindo esse seguimento público da atuação de uma estatal, fazer com que a atuação privada da estatal tenha padrões de eficiência e uma racional atuação comparada à empresa privada.

Esses três fatores seriam tentativas de explicação, uma explicação mais otimista dessa disparidade entre o retrato apresentado pelos orçamentos e a campanha hoje na imprensa. Eu estou dizendo um retrato otimista porque estou tentado pegar o lado bom da campanha. Os objetos escusos, escondidos, eu não vou mencionar.

O SR. MÁRIO LIMA — Eu gostaria de ouvir comentários de V. Exa. a respeito de algumas questões que poderiam ser colocadas dentro desse panorama de um controle democrático das empresas estatais.

A primeira questão diz respeito ao orçamento. Eu me recordo de que, quando houve o chamado manifesto, o primeiro foi de empresários do Grupo dos Oito. Depois, em 1982, se não estou enganado, o Manifesto dos Onze, que eram os empresários mais votados na pesquisa da *Gazeta Mercantil*. E no documento, quando se discutia — e eu fazia parte desse grupo — havia um item lá colocado em que se dizia que o orçamento das estatais devia

ser aprovado pelo Congresso. Então, eu coloquei uma dúvida no debate com empresários privados: que nós queremos que haja uma ordenação na vida das estatais, mas não queremos que elas percam a eficiência. Portanto, se pusermos uma camisa-de-força no orçamento das estatais veremos que há certos itens que precisam ser considerados. Mas no orçamento de uma empresa nós poderemos correr o risco de fazer com que o setor da empresa estatal perca a eficiência, porque não temos facilidade para ficar reajustando orçamentos no custo do trabalho, que é uma coisa que ocorre com qualquer empre-  
sa.

Diferentes seriam outras questões que eu colocaria: primeiro, que é a do investimento. O País vai investir em determinados setores, vai expandir o investimento na siderurgia, na produção de alumínios ou de fertilizantes. Então, é uma discussão de medidas que têm consequências a longo prazo e que, no meu entender, essas questões poderiam estar ligadas a uma participação maior da sociedade, através do Congresso.

A outra questão diz respeito aos subsídios. Nós temos hoje mecanismos de subsídios, desde o Fundo 157, SU-DENE, SUFRAMA, IBDF etc., que têm sido concedidos por força de lei. Em contrapartida, nós temos subsídios dados por empresas estatais e que são decididos arbitrariamente, de uma maneira muito fechada, e que, muitas vezes, contraria profundamente o interesse do País. Eu daría, como exemplo, a tarifa de energia elétrica da ELETRONORTE para a produção de alumínio. É uma decisão fechada, que transfere renda para um determinado grupo, cobrando uma tarifa muito inferior ao seu próprio custo. Então, são decisões que, no meu entender, deveriam passar por uma discussão e uma aprovação do próprio Congresso Nacional.

Outra questão que gostaria de ouvir também é que, em determinados casos, são tomadas medidas que, muitas delas, eu poderia dizer até que são acertadas. Para dar um exemplo, a composição de preços da PETROBRAS, em que ela põe, como preço-base, o preço de petróleo que está acima do preço de mercado de hoje e muito acima do preço de produção, o que gera um volume de renda que permitiu à PETROBRAS expandir a sua prospecção, a sua pesquisa e etc. Então, se nós queremos o fortalecimento da PETROBRAS e o avanço dela nesse campo, é preciso entender que é preciso recursos disponíveis para tanto. Mas o que eu discuto é quem toma essa decisão? Porque ela pode também ser tomada, no dia seguinte, em sentido contrário. Hoje, há movimentos para que a PETROBRAS passe a considerar o preço do petróleo real e com isso impedindo a formação desses recursos. O que se poderia discutir é que no momento em que ela faz hoje um nível de preços baseado no preço alto do petróleo, ela não só cria recursos para o avanço do seu trabalho, para a sua expansão, como passa a beneficiar, também, os acionistas privados da PETROBRAS que, por uma decisão burocrática, recebem uma transferência de renda do conjunto da sociedade. Então, isso discutido no plano público poderia gerar decisões que viessem a representar aporte de recursos do Tesouro sob a forma de novas ações, ou coisa parecida, para que uma medida que impõe um sacrifício à grande massa da população brasileira, que é o preço do petróleo, cujo objetivo é dar à PETROBRAS recursos para aumentar o seu nível de atividade e produção de petróleo, venha a ser transferida para uma parcela da economia privada.

Uma questão importante que nós debatemos aqui na Comissão é a do preço da nafta para a petroquímica. Eu não quero, inclusive, discutir o mérito da questão. Mas o que se pode dizer é que para o País ter uma indústria petroquímica poder avançar, como avançou, na indústria petroquímica, há a necessidade de se fornecer a matéria-prima a um preço muito baixo para essa indústria petroquímica, e eu não tenho dúvida em achar que é uma medida correta. Mas, o que se discute é um tipo de decisão que transfere renda de um setor para outro da sociedade e que, portanto, deveria passar por um critério diferente, com uma transparência maior, e com uma discussão mais ampla da sociedade.

Questões, por exemplo, como a política desenvolvida por certas empresas no setor mineral. Houve, no passado, várias tentativas por parte de países exportadores de minério-de-ferro, de conseguir uma política de elevação do preço do minério-de-ferro. No entanto, o Brasil foi sempre contrário a isso, com base em uma visão de que

era necessário conquistar mercados, mas conquistar mercados com um produto que, evidentemente, um belo dia deixará de existir. Ao tempo em que eu era estudante de ginásio, dizia-se que as jazidas de minério-de-ferro de Minas Gerais iam durar milênios e, no entanto, hoje, a Vale do Rio Doce vai para Carajás porque as suas jazidas em Minas Gerais já não comportam o nível de exportação que se pretende.

Então, como é que essas políticas podem ficar ao arbítrio de um pequeno grupo de diretores, quanto são decisões que afetam o conjunto da sociedade e hipotecam o futuro do País? Até porque, de acordo com a lei, o subsolo brasileiro é de propriedade da União. Mas, na verdade, não é de propriedade da União, porque o sujeito vai lá, querer e receber de graça aquela jazida. E nós conhecemos um número muito grande de acontecimentos, como é o caso da bauxita... do Jari, em que se dá concessão para um cidadão, para uma empresa estrangeira que no dia seguinte vende aqui, não se sabe por quanto ainda; gostaríamos de saber qual foi o valor pelo qual foi vendido. Falam 600, 700 milhões de dólares. São questões que, evidentemente, precisam passar por outro debate, por um outro contraditório para que a opinião pública brasileira possa, vamos dizer, conhecer, participar e depois se solidarizar, nesse caminho e que depois da discussão, evidentemente, vai engendrar aquilo que melhor serve ao País.

A última questão que eu indagaria a V. Exa. é sobre problema de desestatização, quer dizer, é necessário privatizar determinadas empresas. Eu perguntaria também: da mesma maneira com que a aprovação da ação do Estado em determinados setores deveria passar por uma ampla discussão da opinião pública, o processo de desestatização não estaria também a merecer um tipo de conhecimento, de aprovação? Fala-se hoje, que não é preciso privatizar a Acesita. As condições, vamos dizer, de privatização de uma empresa como a Acesita, a sua conveniência deveria passar, no meu entender, por um debate mais amplo, e um outro processo decisório. São essas as questões que coloco a V. Exa., sem deixar de lembrar o que todos nós recebemos aqui com a sua exposição, e quero cumprimentá-lo pelo serviço que prestou a essa Comissão.

O SR. PRÉSIDENTE (César Cals) — Concedo a palavra ao Dr. Reichstul.

O SR. HENRY PHILIPPE REICHSTUL — Na verdade, suas perguntas estão todas dentro do âmbito de até que ponto várias questões que dizem respeito a decisões de investimento, de subsídio, enfim, decisões das empresas estatais que deveriam ou não passar pelo Congresso, quer dizer, deveriam ser discutidas pela sociedade como um todo. Realmente que em princípio toda ação do Estado deveria ser discutida pela sociedade que é proprietária desse Estado, em última análise, seria através dos seus representantes no Congresso. A questão é dentro do que é possível, factível, prático fazer, o que passaria pela discussão no Congresso, e o que que digamos ficaria afeito a área puramente do Executivo, para não atrapalhar a ação do Executivo, enfim o que pode ser factível, o que não pode ser factível. Então eu concordo com sua observação de que o orçamento, como um todo, apresenta dificuldades dada à dinâmica própria de uma empresa, no caso, pública — mas podia ser uma empresa privada — que tem seu orçamento revisto a cada trimestre, principalmente numa situação de inflação. Quer dizer, imagino que na Suécia, na Suíça, na Alemanha, onde — dizem que se faz o orçamento por cinco anos, tanto o público como o das empresas propriamente ele é cumprido à risca. Mas no ambiente inflacionário que nós estamos vivendo existem dificuldades práticas, e além disso há outros problemas de gestão e questões comerciais que fazem com que, na minha opinião, o orçamento das Estatais, como um todo, não devesse ser apreciado pelo Congresso, e aí tenho a mesma opinião que V. Exa.

Em relação à questão dos investimentos, entendo que é uma direção que podia ser tomada, e considero um ponto importante. Penso que o Executivo aceitaria bem essa iniciativa do Congresso, ou da própria Comissão. Se se chegasse a sugerir, entendo, que teríamos condições práticas de implementar isso, sem atrapalhar essa atividade mais empresarial das empresas e, de fato, trazendo à discussão os principais projetos de investimento que dizem respeito à toda sociedade.

Em relação à questão dos subsídios, acho que estamos falando de dois tipos de subsídios. Um, em decorrência do não reajuste de algumas tarifas de acordo com a inflação, e esses subsídios que eu havia mencionado em relação ao aço são difíceis de serem controlados porque são muito dinâmicos. Na medida em que a taxa de inflação se acelera, ou ao contrário, desaceleram-se os subsídios implícitos que estão por trás dos preços de tarifa do setor público. Variam muito. Considero bastante difícil que o Congresso aprecie esse tipo de subsídio implícito. O que o Congresso poderia apreciar seria uma política tarifária, digamos, em geral. O Estado passaria a ter uma política tarifária realista para tais e tais setores, ou o Estado passaria a ter uma política de subsídio para tais e tais setores. Então, o realismo tarifário poderia ser objeto, pensando do ponto de vista prático, de uma análise por parte do Congresso, e portanto da sociedade. Em relação às tarifas, considerando aí os subsídios explícitos, quer dizer, tarifas de energia própria para um determinado projeto, eu não conheço muito bem o caso mencionado pelo Senador, porquanto só tenho cinco meses de SEST, e não tenho uma opinião formada sobre que tipo de tarifas poderiam ser subsidiadas explicitamente, como a de energia por tempo determinado. Se dessevesse ser submetido ao Congresso, diria que é uma questão a ser estudada.

Em relação ao problema da composição de preços da PETROBRÁS, acho importante que, primeiro, a PETROBRÁS passe a ter preço de petróleo igual ao custo de oportunidade definido pelo preço internacional do petróleo. Então, não necessariamente 30 dólares o barril, mas 27 ou 26, ou até mesmo cair para 20, e isso levaria a uma eficiência na alocação de recursos, dado que o custo de oportunidade desse produto estaria sendo respeitado.

O excedente gerado por esse custo de oportunidade em relação ao custo de produção interna, também penso que deveria ser apropriado pelo Estado, e reaplicado, não necessariamente na PETROBRÁS. Poderia ser, inclusive, na PETROBRÁS, para bancar os seus próprios investimentos. É importante ter sempre em mente que investimentos na área de petróleo são investimentos de elevado risco e nenhuma empresa petroleira do mundo toma crédito para finançar pesquisas em petróleo, que seria um suicídio; às vezes se está jogando um, dois, três bilhões de dólares no fundo do mar e não se acha nada. Então, é uma atividade de alto risco que tem que ter um fluxo de recurso apropriado, não via crédito, que seria uma coisa suicida. Vê-se, portanto, que esse aspecto precisa ser lembrado quando se discute a questão da PETROBRÁS. Mas a reivindicação é a aplicação de dividendos ou de um imposto decorrente dessa diferença entre o custo de oportunidade e definido pelo preço internacional, e o custo interno poderia ser tomado pelo Governo como um todo, e na medida em que os investimentos das empresas estatais fossem analisados pelo Congresso, os investimentos da PETROBRÁS também entrariam nessa análise mais global.

Em relação ao preço da nafta para a petroquímica eu não segui o debate e a única informação que tenho aqui é que, com o recente aumento de 30 de julho, dos produtos petroquímicos, o preço da nafta petroquímica, em relação a 30 de junho de 1983, cresceu 943% — uma taxa acima do resto dos derivados, no entanto, abaixo da taxa cambial e do IGP, e da ORTN. Então a nafta petroquímica cresceu a 943%, de 30 de junho de 1983 a 30 de julho de 1985. Nesse período o câmbio foi para 1.124%, o IGP 1.042%, e a ORTN 1.069%, enquanto que nos outros produtos, o preço médio cresceu 728%. É a única informação que tenho para essa questão. Lembro-me da existência de um debate sobre a questão da nafta petroquímica, mas não tenho conhecimento das questões envolvidas no debate propriamente dito.

Em relação à questão de o Congresso analisar e aprovar concessões de lavras do tipo da bauxita do Jari, eu imagino que seria importante que a sociedade, como um todo, se manifestasse em relação ao que é propriedade desta Nação como um todo, que são as riquezas naturais do País.

Em relação à questão da desestatização, existe uma série de empresas que estão na mão do Governo, mas que não deveriam estar. Foram para as mãos do Governo ou por incompetência do setor privado, ou por crise existente nessas empresas, ou por inadimplências várias.

Existem também algumas empresas que foram criadas um pouco ao arrepio da lei, não passando pelo Congresso, já que uma parte, um artigo da Constituição, se não me engano, exige que a criação de empresas estatais passe, ou melhor, seja autorizada pelo Congresso. Entendo que esse grande número de empresas, que caracterizaria o que chamo de uma desestatização periférica, poderia ser feita, naturalmente, sem passar pelo Congresso, à medida que a própria criação dessas empresas não passou pelo Congresso. E meu receio é de que, quem sabe, a passagem pelo Congresso de todo esse processo de desestatização dessas empresas, quer dizer, dessa desestatização periférica traga dificuldades, ou torne muito mais lento esse processo que o Governo está querendo iniciar. Agora, não há dúvida de que as grandes empresas, inclusive, atualmente, a maioria delas foi criada por lei, como resultado de um amplo debate público, representando, portanto, um patrimônio desta Nação. Não é um patrimônio do Governo que está passando agora; faz parte do patrimônio do País. Logo, entendo que qualquer decisão em relação a essas empresas devesse, necessariamente, passar pelo Congresso que, inclusive, aprovou a existência das mesmas, aprovadas à luz dos anseios da sociedade. E aí concordo plenamente, com a visão do Senador, de que o Congresso devolvesse ter uma participação muito ativa, na medida que representa a sociedade como um todo, de decidir o que se quer fazer com esse patrimônio que, — repito, — não pertence ao Governo que está passando, mas à Nação como um todo.

O SR. RELATOR (Severo Gomes) — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Mário Lima.

O SR. MÁRIO LIMA — Sr. Presidente, Senador Cesar Cals, ilustre Relator, Senador Severo Gomes, Dr. Reichstul da SEST:

O depoimento de V. S<sup>a</sup>, assim como o do Sr. Dimas Camargo Maia Filho, que ouvimos anteriormente da Comissão Especial de Desestatização, a meu juízo, representam uma grande contribuição para que os Deputados e Senadores que fazem parte, ou participam dos trabalhos dessa Comissão enriqueçam os seus conhecimentos sobre este assunto que é de vital importância para este País.

Eu não tenho mais nenhuma dúvida, lhe ouvindo com muita atenção, ouvindo realmente uma exposição rica de informações, clara, de que o grande drama hoje deste País não é o embate da estatização e privatização, é definir as regras do jogo quanto à nacionalização, e desnacionalização da economia nacional.

V. S<sup>a</sup> afirmou muito bem o problema da destinação de recursos para a PETROBRÁS. Eu me recordo que em 1963, em discurso que proferi na Câmara dos Deputados, eu mostrava que a nossa produção de petróleo que, então, era de cerca de 100 mil barris por dia, poderia crescer um percentual significativo, se a empresa dispusesse de sondas de limpeza para viabilizar alguns poços que estavam fora de produção. E a Nação vivia, como vive hoje, o grande problema das dificuldades intercambiais para importar. E naquela oportunidade, todo esse equipamento vinha da área de moeda forte, do dólar, e as empresas, as autoridades do Governo, com o nosso apoio de parlamentar e também dos sindicatos de trabalhadores iniciaram entendimentos com a Romênia para fornecer equipamentos que, a juízo dos técnicos da empresa satisfaziam, que ao invés de serem comprados com moeda forte, eles seriam trocados por produtos brasileiros, que nós tínhamos em quantidade para exportar. Parece que hoje a discussão é a mesma, como disse muito bem o Senador Severo Gomes. O problema não é discutir se deve dar recursos a PETROBRÁS, é fiscalizar, ver se esses recursos estão sendo bem empregados, e que a essa altura os resultados apresentados, inclusive o Ministro Cesar Cals tem um envolvimento muito grande nisso, porque foi o Ministro de Estado em cuja gestão a empresa deu aquele grande salto; hoje a empresa já produz cerca de 600 mil barris por dia, porque dispõe de recursos. Os recursos necessários à pesquisa, à perfuração de poços, e à produção são recursos vultosos e que só o Estado pode fazer.

Um outro ponto que eu gostaria de destacar é que a sua exposição, Dr. Reichstul vai nos ajudar a esclarecer

diante de todos que realmente, é no Congresso Nacional que reside a grande defesa dos interesses nacionais, podem fazer críticas que nós poderemos constatar agora. Se houvesse, por exemplo, hoje pela manhã, uma reunião do Congresso, nós não teríamos comparecido, e nem por isso teríamos deixado de cumprir a grave responsabilidade do cargo público que nós exercemos. Considero — eu considero — que participar desta reunião hoje, para mim, é muito mais importante do que estar no plenário, discutindo os assuntos que no momento são discutidos. Esta Comissão está discutindo assuntos da maior profundidade e do maior interesse desta Nação. Quero congratular-me com a Comissão e, particularmente, com V. S<sup>a</sup> e com o seu colega da Comissão Especial de Desestatização.

Gostaria de formular algumas perguntas que não sei se V. S<sup>a</sup> vai poder me responder, agora ou posteriormente. A primeira é a seguinte: a PETROBRÁS e o seu grupo de 21 empresas recebem recursos do orçamento fiscal da União?

Segunda, V. S<sup>a</sup> teria condições de nos fornecer um quadro específico sobre a PETROBRÁS e as 21 empresas que integram o grupo sobre resultados e necessidades de financiamento para 1985? V. S<sup>a</sup> nos forneceu um que globaliza várias empresas, e como a PETROBRÁS hoje é uma empresa que está sendo vítima de uma campanha demolidora não terá êxito. Então, eu gostaria de ter esse dado para divulgar com todos os trabalhadores de petróleo, e particularmente com todos os trabalhadores.

A terceira pergunta é a seguinte: nós vimos ultimamente dois Ministros de Estado, o ex-Ministro da Fazenda, o Sr. Francisco Dornelles e o atual Ministro da Indústria e do Comércio, o Dr. Gusmão, fazerem coro com a campanha ampla indiscriminada de privatização das empresas estatais. Pergunto a V. S<sup>a</sup>: esses Ministros que me parecem também desinformados sobre esse assunto não estariam ajudando a aumentar a desinformação e a confusão entre os políticos, entre a imprensa e entre o povo brasileiro? Entendo que um Ministro de Estado deve ter muito cuidado ao abordar um tema dessa natureza, primeiro porque ele tem imprensa e televisão para divulgar, e segundo, ele como membro de um Governo não pode estar indo contra diretrizes do próprio Governo.

A quarta pergunta: V. Ex<sup>a</sup>, através dos seus instrumentos de fiscalização e controle das estatais — e concordo inteiramente com a filosofia de existência da SEST — fala no 8º item sobre avaliação do desempenho e, inclusive, afirma que essa avaliação do desempenho é uma nova coordenadoria embora obviamente ainda não tenha muito serviço para apresentar.

Mas, nesta onda de privatização, não conseguem privatizar a PETROBRÁS, mas estão privatizando uma série de serviços essenciais da PETROBRÁS. Então, pergunto: a SEST já tem um juízo formado ou está formando um juízo sobre se essa contratação indiscriminada de serviços de empresas privadas está sendo mais econômica para a empresa? Se estão obedecendo aos níveis técnicos mínimos de segurança e tecnologia? O que eu sei das conversas constantes que mantenho com operários e técnicos especializados da empresa, é que essa contratação indiscriminada está ameaçando ao sucateamento do parque industrial da empresa, a própria segurança do equipamento e, consequentemente, a própria segurança dos seus operários e técnicos. Considero esse assunto muito grave.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Ou se não é uma burla ao decreto de uma maneira geral? Não digo da PETROBRAS de maneira geral.

O SR. MÁRIO LIMA — O ilustre Senador Cesar Cals faz um registro que gostaria de realçar. Em alguns casos, posso até afirmar, está contrariando dispositivos de lei.

Há outra pergunta que gostaria de registrar, que é o problema de contratação de pessoal. Uma empresa industrial como a PETROBRÁS — refiro-me à PETROBRÁS porque a conheço mais de perto e posso afirmar com conhecimento de causa — não pode perder, como disse muito bem o ilustre Senador Severo Gomes, a sua eficiência. Houve um lamentável acidente na plataforma em agosto de 1983, onde morreram quase 40 técnicos. Se ela tiver muita burocracia para preencher os lugares, poderá haver o risco de novos acidentes por falta de mão-de-obra especializada. Como disse com muita

propriedade o ilustre Sr. Presidente da PETROBRÁS, Dr. Hélio Beltrão, que é um homem insuspeito, um homem que brilhou na iniciativa privada, um homem reconhecidamente competente e democrata, "os grandes inimigos da PETROBRÁS são a desinformação e o preconceito". E essa desinformação é preconceito são divulgados intensamente por interesses contrários à PETROBRÁS e à própria Nação. Então, é preciso que comecemos a discutir esses assuntos à luz do dia, pois os 21 anos de escuridão já passaram! Vamos discutir no Congresso Nacional se é conveniente ou não manter certas empresas sob o controle do Estado. Eu também sou de acordo que muitas estão desnecessariamente estatizadas. Agora, o que não me admite — e a Nação não vai admitir — é que se faça uma confusão generalizada e se pretenda — não digo nem que se consuma — a privatização de empresas que representam o interesse da segurança nacional e o interesse do desenvolvimento deste País.

Inclusive, gostaria de registrar que no depoimento que prestou aqui o seu colega da Comissão Especial de Desestatização, ele nos trouxe esse quadro comparativo da intervenção estatal em alguns países, por setores, que V. Exª hoje tornou a trazer. Isso nos ajuda grandemente, pois algumas pessoas que, ou por vaidade, ou por incompetência ou por interesses inconfessáveis, querendo que copiemos a economia dos Estados Unidos. Só quem vive fora da realidade é que pode pretender isso.

O único país diferente neste quadro são os Estados Unidos, uma nação próspera pela qual temos o maior apreço, mas não podemos copiar a economia americana. E, no entanto, vemos em todos os continentes países em que a participação do Estado na economia é semelhante a do Brasil. Em alguns até, essa participação é mais extensiva.

Concluindo as minhas perguntas, gostaria de fazer duas indagações específicas. A primeira sobre a Caraíba Metais, que é uma empresa que vive uma tremenda dúvida. Ela é deficitária ou não? É viável? Ela deve ser privatizada? Os seus técnicos alegam que ela está deficitária porque o seu projeto ainda não está completo. Daí, ser impossível dar lucro. O Estado alega que não investe mais porque o projeto é deficitário, e ela está caindo cada vez mais e se inviabilizando. Na semana passada já houve uma greve, porque os seus trabalhadores alegam que em relação às empresas semelhantes, eles são discriminados.

A outra pergunta é sobre o Projeto RADAM, que funcionava sob a jurisdição do Ministério das Minas e Energia. A nova tecnocracia da República Nova vai novamente criar uma empresa. Um projeto que tinha a finalidade de dar lucro, mas de descobrir, de indicar as nossas riquezas minerais vai ser transformado em empresa para enriquecer o falso déficit das empresas estatais. Ele vai ser agora levado para o IBGE, vai ficar no quinto ou sexto escalão, vai perder toda a flexibilidade de ação e vai engordar essa preconceituosa estatística das empresas deficitárias.

Gostaria que V. Exª me dissesse alguma coisa à respeito disso. Na sua opinião de homem que controla a SEST, se isso não seria mais uma falsa empresa. Porque isso é um serviço público e não para dar lucro. Descobrir riquezas minerais não é para dar lucro. Lucro é a sua exploração e terem outro encaminhamento.

Por último, gostaria de mostrar a contradição de privatizar empresas estatais com capitalistas que não tenham ou não querem pôr capital. Está aí o polo Petroquímico. Foi feito todo com recurso estatal e, hoje, tem um comando privado que vive em descompasso com a realidade da indústria desse nível de perigo.

Toda a Nação viu, nesse fim-de-semana, o drama da greve do Pólo Petroquímico. Então, o País tem que ter um esclarecimento sobre esse problema. Não pode continuar essa dúvida, tem que haver uma demarcação dos campos: onde é conveniente a empresa estatal, toda a área que deve ser da empresa privada e onde é conveniente a empresa estrangeira. Só assim acho que vamos reconquistar a nossa soberania. Tendo o controle sobre a econômica do País é que se tem controle sobre a segurança, a autonomia e a liberdade de um país.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — concedo a palavra ao Doutor Henri Philippe Reichstul.

O SR. HENRI PHILIPPE REICHSTUL — Vamos ver se consigo responder ao volume de perguntas do Deputado Mário Lima.

Em relação à questão do orçamento da PETROBRÁS e das suas empresas, a SEST encaminhará à Comissão os orçamentos e a apresentação, inclusive, na forma em que foram consolidados perante esta Comissão. Em relação à questão de se alguma empresa da PETROBRÁS recebe algum tipo de contribuição do Tesouro, do total dos 12 trilhões e 467 bilhões de cruzeiros de apólice do Tesouro para as empresas produtivas, não há nenhum recurso para a PETROBRÁS. O grosso vai para a Rede Ferroviária Federal, ELETROBRÁS e INFRAERO. A PETROBRÁS não está contemplada nessa distribuição.

Com relação à questão do debate sobre privatização, a posição de alguns Srs. Ministros quanto à mesma, apesar de em alguns momentos essas opiniões serem apresentadas de uma forma um pouco radical, acho que a discussão sobre a participação do Estado na economia e sobre a própria qualidade da atuação do Estado, é muito bem vindas. Temos que reexaminar o que o Estado está fazendo, tanto na inflação direta como na indireta, fazer um pouco o "ponto da questão": ver onde o Estado é ou não eficiente e ver que medidas concretas precisam ser tomadas. Nós não temos dúvidas de que a administração direta exige uma ampla reforma administrativa, dada a qualidade baixa do serviço da administração pública direta que gera um ciclo vicioso com baixos salários, ineficiências, etc. Essas questões precisam ser colocadas. Às vezes, elas só com uma força um pouco maior, mas, na verdade, o Estado se move muito devagar. Assim, acho que é uma questão de fundamental importância para a sociedade brasileira e para o próprio Estado, discutir internamente o seu papel, o seu nível de eficiência de atuação e as formas de alterar a sua atuação visando a uma nova eficiência.

Ao mesmo tempo, existe um consenso de que o País faz um ajuste a nível externo, mas que a nível interno este ajuste não teria ocorrido. E que uma boa parte da razão desse desajuste interno se dá pelo desequilíbrio das contas do setor público, que, na verdade, alimenta esse debate da privatização e da desestatização. Acho que isso precisa ser colocado claramente, para se saber exatamente quais são as possibilidades concretas de medidas na área de privatização e o que, concretamente, uma privatização num determinado segmento pode ajudar ou não para resolver o problema financeiro do setor público como um todo. Então, isso precisa ser conhecido. Inclusive, os números e as comparações precisam ser claras nas cabeças das pessoas.

Quando apresentei os quadros mostrando que 90% do orçamento da SEST está concentrado em 10 grandes grupos, que provavelmente até agora não se discutiu abertamente a privatização desses 10 grandes grupos, que são empresas que foram criadas pelo Congresso Nacional, o que está se discutindo, na verdade, são 10% do orçamento, aquelas 250 empresas que, se forem privatizadas, representam 10% do orçamento da SEST.

É importante ponderar a importância real desses números com a importância do debate, e ver até que ponto o debate tem natureza mais política do que concreta em relação a uma solução do saneamento do setor público como um todo. É muito importante ter essa comparação, ter os números em mente, para poder entender o que está acontecendo em relação ao debate.

A minha impressão é de que precisa haver um debate sério dentro do Governo e mesmo da sociedade, em relação à questão do setor público como um todo.

Quanto à questão da desestatização na ponderação correta, de acordo com os dados apresentados, ela entra nesta discussão também. Esta é a minha visão com relação a esta questão.

Quanto à avaliação de desempenho no caso específico da PETROBRÁS, se a SEST estaria avaliando o desempenho de algumas atuações de ações da PETROBRÁS em relação à contratação de empresas privadas ao invés de utilizar recursos e material próprios para desempenhar algumas funções ou atividades, não conheço bem o caso específico da PETROBRÁS com relação a essa prática.

Imagino que na medida que a PETROBRÁS puder encontrar, no setor privado, empresas já estabelecidas que podem prestar um determinado serviço que exigiria por parte da PETROBRÁS investimentos adicionais,

como montagem de um departamento, ela deveria deixar para o setor privado a tarefa de prestar esse serviço. Entre várias outras razões, uma delas seria a de que uma empresa do tamanho da PETROBRÁS provavelmente não teria ou poderia não ter a eficiência na prestação de um determinado serviço pequeno ou reduzido, que uma empresa privada, especializada naquele serviço específico, poderia ter. A racionalidade do lucro e da busca da eficiência de uma empresa que tem o gigantismo da PETROBRÁS, contém ineficiências e também eficiências de escala, ao passo que se pegasse uma empresa privada, especializada na atuação de um determinado setor, é de se esperar, pelo menos teoricamente — é um comentário que estou fazendo — que alcançasse um nível de eficiência maior do que uma empresa gigantesca. Isso é válido para uma empresa pública como a PETROBRÁS, como, também, para uma grande empresa nacional ou multinacional. Teria o mesmo comentário a fazer.

Com relação à questão da burla do decreto, mencionado pelo Sr. Senador Cesar Cals, de fato quando o Estado passa a — ai vou responder também a sua questão da contratação de pessoal — congelar de uma forma uniforme o quadro de pessoal de 1 milhão de funcionários de 200 ou 400 empresas, obviamente que isso vai atrapalhar a vida das mesmas, e as empresas mais dinâmicas e eficientes vão sofrer mais em relação a essa restrição.

Gostaria de lembrar que o decreto, além de proibir a expansão do quadro de pessoal, permitiu a reposição de pessoal operacional, ou seja, se de fato há um acidente na plataforma se precisa fazer a reposição de 40 pessoas, ainda mais que a plataforma é uma atividade operacional da PETROBRÁS. O decreto tentou, apesar de ser uma medida genérica, limitar a sua atuação para a área não operacional, onde julgamos haver até a existência de um maior número de "inchaços", mas nas estruturas administrativas das empresas do que as estruturas operacionais, se bem que elas existam também nas áreas operacionais.

A idéia é de que, uma vez definido o número de empresas que vão ficar permanentemente sob o controle do Estado, através dessa análise de desempenho das empresas possamos diminuir o nível de controles gerais, absolutos e uniformes para todo mundo e que possamos, com o tempo, conhecendo melhor o desempenho de cada empresa, estabelecer níveis de controle quase que sobre medida, que possam preservar a eficiência da empresa sem que o Estado perca o controle da ação dessa empresa.

No caso da contratação de pessoal, com o tempo e o conhecimento adicional de empresa por empresa, poderíamos ter regras mais específicas para cada empresa. Mas, por enquanto, a regra é generalizada.

Com relação à Caraíba Metais, é um projeto muito semelhante ao da ACOMINAS, que foi mencionada anteriormente. Um projeto que custou ao País aproximadamente 1 bilhão e meio de dólares, que foi planejado para 20 mil toneladas/ano, terminou sendo transformado pelo Governo em um projeto de 150 mil toneladas/ano.

Os maiores erros desse projeto foram na parte de mina, quer dizer, o investimento na mina da Caraíba Metais foi da ordem de 678 milhões de dólares; inclusive, houve alterações na forma de extração do minério. Primeiro, construiu-se uma verdadeira ferrovia subterrânea com locomotivas, para extrair o minério; depois, percebeu-se que foi uma decisão técnica errônea e que se devia fazer a extração e o transporte do subsolo até a superfície via esteira. Esses erros todos para terminar numa conclusão de que as reservas de cobre hoje existentes na mina, decorrentes de investimentos, teto, de 678 milhões de dólares, são de 200 milhões de dólares; ou seja, o País fez um investimento de 678 milhões de dólares, mal feito, inclusive. Houve duas ou três decisões drasticamente incorretas na tecnologia de extração, para depois chegar-se à conclusão de que havia apenas 200 milhões de dólares de reserva de cobre naquela mina.

Então, em relação ao projeto Caraíba Metais, na parte de mineração, que é onde está o maior erro de concepção do projeto, o cobre, que chamamos de cobre contido que vai previamente à metalurgia, está sendo extraído a um custo por tonelada de 2.100 dólares, enquanto que o preço internacional, hoje, está na ordem de 1.500 dólares por tonelada. É preciso reparar que em relação a essa diferença há uma política também de dumping de alguns países, como Chile e Zâmbia, que têm custo de produção muito abaixo do nosso, porque são minas de céu aberto,

influem nessa questão... Não há dúvida de que as decisões em relação à parte de mineração da Carajá Metais foram absolutamente absurdas e que não vamos conseguir, de forma nenhuma, recuperar esses investimentos via preço de cobre. Novamente, isso afé uma dívida pública. São 678 milhões de dólares, que representam, não uma dívida da Carajá Metais. Formalmente estão na Carajá Metais mas, na prática, é uma dívida pública interna ou externa que vai ter que, de algum modo, ser cobrada do contribuinte.

Em relação à questão da metalurgia, parece que a concepção é razoável. O principal erro estaria na parte de mineração.

Em relação ao Projeto RADAM — outra pergunta do Deputado — desconheço a iniciativa de transformá-lo numa empresa. Estou surpreso!

O SR. MÁRIO LIMA — Não é propriamente transformá-lo numa empresa, ele iria fazer parte de uma, o IBGE. O projeto está deixando o Ministério de Minas e Energia, para ser um setor do IBGE. Isso vai aumentar o déficit do IBGE e mais uma vez vai se criar a falsa ideia de que a empresa está operando sem dar lucro.

O SR. HENRY PHILLIPE REICHSTUL — Desconheço o assunto, mas vou me informar à respeito.

Sobre a última pergunta do Deputado, a privatização de estatais sem aporte de capital privado, acho que o Estado tem que tomar cuidado na hora de privatizar as suas empresas, para que isso se faça com lisura, quer dizer, que se defenda o patrimônio público e que, portanto, o setor privado, quando se associar ou comprar as empresas do setor público, faça o seu aporte correspondente de capital privado, senão irregular. A minha opinião é de que, no processo de privatização que estamos empreendendo, o setor privado, de fato, aporte os recursos necessários, dentro da lisura dos negócios públicos e privados.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Com a palavra o Senador João Calmon.

O SR. JOÃO CALMON — Inicialmente, desejo pedir desculpas ao nobre Presidente desta Comissão e ao ilustre depoente por não ter podido permanecer aqui durante todo o tempo, porque precisei participar, também, de outra reunião na Comissão de Fiscalização e Controle do Poder Executivo e das Empresas Estatais. Assim limitar-me-ia a fazer uma pergunta para satisfazer a minha curiosidade:

Recentemente, o Jornal da Tarde, vespertino do Estado de São Paulo, publicou uma série de reportagens sob o título geral de "União de Repúblicas Socialistas Soviéticas do Brasil". V. S<sup>a</sup> certamente leu essa série de reportagens e alguns dados incluídos no seu depoimento parecem confirmar, em parte, a afirmação do Jornal da Tarde, porque neste quadro sobre "caracterização das 500 maiores empresas do País" o segmento estatal está representando, em 82, por 65% e, em 83, por 65,4%. Se considerarmos que na área bancária a afirmação de que a estatização já abrange cerca de 70% desse segmento da economia do País, impõe-se realmente esta pergunta.

A Suécia, que é um país socialista não-marxista, tem no setor bancário a seguinte distribuição: 80% pertence ao setor privado e 20% ao setor público; e ainda mostra outra originalidade: os impostos são arrecadados por uma empresa privada e não pelo poder público.

Em face dessas indicações, qual a opinião de V. S<sup>a</sup> sobre esse percentual da estatização na área do crédito, se realmente já gira em torno de 70% a 75%, se V. S<sup>a</sup> detecta, diante desse avanço da estatização na área financeira, qualquer tendência para completar logo o processo de estatização, tornando a atividade bancária uma atividade do Estado e não do setor privado.

O SR. HENRY PHILLIPE REICHSTUL — Em relação à primeira observação, ao quadro das 500 maiores, acho que ele precisaria ser visto concomitantemente com o quadro anterior, que é o da "participação das empresas estatais na economia". Obviamente, dadas as características de atuação do setor produtivo estatal na economia, que são investimentos na área de infra-estrutura e de projetos de longo período de maturação e de alta concentração de capital, o que há é que quando se pega as maiores empresas na participação do patrimônio líquido, que é o quadro a que V. S<sup>a</sup> se referiu, os 65% estatais precisam ser qualificados da forma como eu fiz.

Quando se observa em relação ao produto brasileiro, por exemplo, em 81, no quadro de participação das empresas estatais na economia, essas empresas, no Brasil tiveram uma participação de 14% do produto total e 30% dos investimentos totais da economia, o que não representa um perfil muito diferente dos casos mexicanos, peruano, chileno, francês, inglês, etc.

Em relação à questão do avanço do setor financeiro público, acho que a estatização do sistema financeiro está mais ligada à questão da instabilidade financeira do sistema como um todo, o risco dessa estatização, devido a uma série de ativos que estão na mão do sistema financeiro privado, que na sua contrapartida passiva, do lado das empresas privadas muitas vezes não encontram ativos correspondentes, isso dado à crise que ocorreu de 79 para cá, com a elevação da taxa de juros e dadas as necessidades de uma boa parcela do setor privado rolar as suas dívidas, qualquer que seja a taxa de juros, fazendo com que a carteira do sistema financeiro privado e público tenha se deteriorado em termos de qualidade, de taxa de retorno e de validade. Essa é a principal preocupação que eu teria em relação à questão da estatização do sistema privado financeiro.

Em relação à questão do avanço dos bancos públicos no total do crédito, a SEST acompanha pouco esse processo, sendo mais uma questão da autoridade monetária, o Conselho Monetário Nacional. Parece-me que o Banco do Brasil estava se queixando de que o volume de aplicações, em termos reais, tinha caído bastante e que a possibilidade de o Banco do Brasil sair da esfera da autoridade monetária e ser um banco comercial tradicional, atuando no mercado privado, tenderia a fazer com que as operações voltassem a restabelecer seu crescimento real. Mas, essa informação não está confirmada.

O SR. JOÃO CALMON — Li num jornal a informação de que o Banco do Brasil está colocado entre os dez mais lucrativos do mundo. Houve alguma distorção nessa informação?

O SR. HENRY PHILLIPE REICHSTUL — Não conheço essa informação do jornal. A lucratividade do Banco do Brasil, à medida que ele tem uma conta movimento e vai sacando contra recursos do Tesouro a custo zero praticamente, é muito difícil de ser medida do ponto de vista de eficiência gerencial. De fato, o lucro do Banco do Brasil é praticamente um lucro institucional, eu diria; para medir a sua eficiência tem-se que montar outros parâmetros físicos quase para tentar ver se o Banco do Brasil é um banco eficiente ou não, mas não via taxa de lucros, que é praticamente impossível.

Seria enganoso dizermos que o Banco do Brasil tem uma alta taxa de lucros, é um belo banco, é um banco eficiente. Ele pode ser um belo banco por outras razões: por realizar concurso público: pela pela qualidade de seus quadros ser reconhecida no País como um todo; por ser uma das poucas carreiras no âmbito do setor público que, como a Receita, o Itamarati, tem um corpo de funcionários bastante conhecido, mas não pelo seu lucro propriamente dito.

O SR. PRESIDENTE (César Cals) — Como esta reunião vai terminar às 13 horas, após as perguntas do Senador Roberto Campos, o depoente poderá enviar a sua resposta a posteriori ou, se a Comissão decidir, somará também os depoimentos.

Com a palavra o Senador Roberto Campos.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Sr. Presidente, também tenho que me desculpar com V. Ex<sup>a</sup> por não ter estado antes nesta Comissão, para ouvir a exposição que terá, sem dúvida, sido interessante. É que eu estava presidindo uma outra comissão do Senado. Falo assim sem o benefício de ter ouvido a exposição do Dr. Henri Philippe Reichstul o que talvez me obrigue a formular perguntas que parecerão aos que ouviram sua exposição repetitivas ou irrelevantes.

Comentarei alguns dos quadros apresentados, pelo menos o primeiro: "Participação das Empresas Estatais na Economia". Listam-se seis países. Curiosamente esses países são nas respectivas áreas, países assolados por uma inflação crônica, inclusive a França, que é um dos mais inflacionistas dos países europeus, conquanto tenha melhorado nos últimos dois anos. Os demais são exemplos de inflação e de estatização, o que me leva a crer que há uma certa conexão entre propensão inflacionária e dimensão do setor estatizante. A segunda ponderação é

que esses dados serão provavelmente obsoletos, porque três dos países estão embarcados em programas de desestatização. O México tem um programa de desestatizar, se não me engano, 124 empresas. O Evangelho de Alfonso II na Argentina visa a uma maciça desestatização. E a França está também arrependida de seus arroubos socializantes que resultaram no fato de que apenas três das empresas estatizadas estão hoje dando lucro e representam um enorme encargo para o erário francês, da ordem de 8 bilhões de dólares anuais, se não me engano.

O quadro II é também obsoleto pela mesma razão, data de 1978, o que provavelmente reflete dados de 1977. A Inglaterra, por exemplo, que conheço bem, está aqui marcada como altamente estatizada. Isso era verdade no governo socialista. Mrs Thatcher assumiu o Governo em 1979 e começou um programa de desestatização, já vendeu algumas das maiores empresas governamentais, a British Telecom; a British Oil está posta a venda; a British Airways, esperando apenas a conclusão de um processo jurídico; foi vendida a National Freight Carriers, a Amersou e há uma longa lista de empresas a serem desestatizadas. Na realidade, uma boa parte do financiamento do déficit público inglês é hoje obtido através da receita na venda de empresas. O México, já disse, está também embarcando num programa de desestatização. A Coréia do Sul já completou seu programa, tendo-se o governo afastado de inúmeras empresas. Este país está num processo ativo de desestatização, curiosamente sob um governo socialista.

O quadro seguinte relativo à caracterização das 500 maiores empresas no País revela quanto infundado é o receio de desnacionalização. Na realidade, a participação do capital estrangeiro em termos de patrimônio líquido é de 9% e está declinado; declinou para 8,6%. Está havendo um processo de desinvestimento bastante substancial por parte de empresas estrangeiras. De modo que o provável é que em fins de 85 cheguemos a uma percentagem bem menor. Na realidade, ao invés de desnacionalização, o que está havendo é desinvestimento por parte de empresas estrangeiras, o que naturalmente teve efeito negativo sobre a geração de divisas de exportação e sobre a criação de empregos. O quadro de participação segundo sejam estatais, nacionais, estrangeiras, dos 50 maiores grupos do País; total de cada item especificado: os lucros das estatais, a meu ver, devem estar sobreestimados, vários desses lucros são resultantes de manipulação tarifária ou então de monopólios.

O ilustre conferencista mencionou o caso do Banco do Brasil, onde não existe monopólio, não existe tarifa, mas existe a famosa conta de movimento, que representa injecção de recursos do Tesouro, se não me engano, de 20 trilhões de cruzeiros, a custo de 1% ao ano, que é depois reemprestado para vários setores, inclusive agricultura, a custos substancialmente superiores a 1%. Na realidade, em alguns casos, correção monetária mais 3%; em outros casos 65% e assim por diante. De modo que há uma subvenção enorme embutida. Se feita uma contabilidade comparativa com bancos privados, colocado o Banco do Brasil em posição de captação competitiva, esses lucros certamente desapareceriam.

Há um quadro relativo ao número de empresas estatais, "Distribuição segundo sua vinculação". Gostaria de perguntar quais são as empresas vinculadas à ciência e tecnologia. Estão aqui numeradas duas. Saberá o ilustre depoente?

O SR. HENRY PHILLIPE REICHSTUL — CNPq e FINEP.

O SR. ROBERTO CAMPOS — O CNPq é considerado empresa?

O SR. HENRY PHILLIPE REICHSTUL — É uma empresa.

O SR. ROBERTO CAMPOS — E onde é que estão a COBRA e a PRÓLOGO.

O SR. HENRY PHILLIPE REICHSTUL — A COBRA pertence à Fazenda e a PRÓLOGO ao Exército.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Gostaria de chamar a atenção para ambos os casos. A COBRA parece-me que era um aporte de recursos que poderiam prover do

BNDES, poderiam provir dos acionistas estatais, que são Banco do Brasil e Caixa Econômica o BNDES, da ordem de 124 bilhões de cruzeiros, para produzir superminis. Já existem 5 ou 6 empresas privadas que se capacitaram para produzir superminis sem nenhuma contribuição do Governo. De modo que esses fundos do Banco do Brasil, da Caixa Econômica e BNDES deveriam ser devotados a atividades socialmente mais relevantes e não competitivas da empresa privada.

A PRÓLOGO é um outro absurdo. Nasceu sob a égide militar para produzir máquinas de cifrar e decifrar. Como isso não era uma atividade particularmente rentável passou a produzir terminais bancários, já existem tal-

vez 12 fábricas de terminais bancários. Subsequentemente passou a produzir bombas de gasolina digitalizadas. Não é concebível uma empresa do Governo em área militar se entregar a tarefas tão chás.

Que diferenças existem entre o grupo A e o Grupo B? Não ouvi a exposição.

O SR. HENRI PHILIPPE REICHSTUL — É uma curva ABC onde 20 empresas do grupo, que chamei grupo A, representam 90% do imobilizado total, só para que as pessoas tenham uma idéia da concentração. A relação está no quadro anexo.

Pediria ao Senador Roberto Campos que concluisse as suas indagações.

O SR. ROBERTO CAMPOS — É só isso, já conclui.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — O Dr. Reichstul fará a gentileza de no mais breve espaço possível comentar as observações do Senador Roberto Campos. Se depois a Comissão resolver, nós o convocaremos novamente. Agradecemos a presença do depoente e de todos os Srs. Senadores e Deputados.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às horas e minutos.)